

---

## 006ª SESSÃO ORDINÁRIA 18FEV2015

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente Mauro Pinheiro, colegas Vereadores e Vereadoras, eu venho aqui à tribuna neste momento para que façamos uma reflexão sobre o tema deste feriadão: o carnaval. O carnaval é a maior festa popular do Brasil e, cada vez mais, se amplia; o carnaval traz um potencial imenso, pois, além das escolas de samba tradicionais, há os blocos, os grupos, as tribos, enfim. E eu queria dizer aqui que tive o prazer, junto com vários colegas aqui presentes, de estar lá no Porto Seco na abertura do carnaval, lá no espaço que a Câmara Municipal de Porto Alegre tinha para todos que desejassem participar. Havia vários colegas presentes, vários desfilaram nas suas escolas tradicionais, como a Ver.<sup>a</sup> Jussara, na Imperatriz Dona Leopoldina; o Ver. Cleiton, que desfilou em mais de uma escola. Tivemos o prazer de desfilar na minha escola, a Estado Maior da Restinga - na ocasião encontrei muitos colegas Vereadores e muitos trabalhadores desta Casa participando da festa do carnaval.

Eu quero trazer aqui Ver.<sup>a</sup> Lourdes, a senhora que estava lá, Ver.<sup>a</sup> Sofia, uma reflexão: por que a imprensa do Rio Grande do Sul não transmitiu o carnaval num canal aberto, como sempre fez? Eu recebi um conjunto imenso de reclamações de pessoas do Interior, de pessoas da periferia que não podem ir até o Porto Seco e que sempre assistem aos desfiles por um canal aberto. Este ano o carnaval não foi transmitido por um canal aberto, foi transmitido por um canal fechado, e isso limitou que a maior festa popular do Brasil, que aqui em Porto Alegre tem um potencial... No mesmo momento em que estava passando o carnaval aqui, as principais emissoras de televisão aqui do Rio Grande do Sul estavam transmitindo o carnaval de São Paulo. Por quê? Qual foi a negociação feita entre a direção das escolas de samba e os grupos de televisão, que tirou essa oportunidade de a população, o povo que gosta de carnaval, assistir, ver, se referenciar, Dinho, torcer pela sua escola ou fazer as suas considerações. Se nós temos uma festa popular com a dimensão que é o carnaval, está na hora de esta festa ser popularizada, de ela ter o apoio

---

de todas as instâncias. Nós sabemos que tem o apoio da Prefeitura Municipal, tem recurso público feito no carnaval. O Porto Seco é um espaço público; os veículos de comunicação ganham muito dinheiro transmitindo o carnaval. Foi um boicote ao carnaval do Rio Grande do Sul ou alguns poucos ganharam muito dinheiro ao não transmitir o carnaval aqui de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul para toda a sociedade porto-alegrense e rio-grandense. Quero deixar registrado esse protesto; gostaríamos, sim, de ouvir do principal veículo de comunicação do Rio Grande do Sul que sempre transmitia, e que transmitiu agora num canal fechado, quanto custou isso e para onde foi esse recurso. Isso é aplicado na cultura popular? Ou o carnaval não deveria ser transmitido num canal aberto? Deveria ser transmitido num canal aberto, e digo mais, por mais de um canal, várias emissoras deveriam transmitir essa festividade que é a maior festa popular do Brasil. Carnaval não pode ficar nas mãos de alguns poucos e não pode morrer, é uma festa.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Presidente Mauro Pinheiro, neste tempo de Liderança do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Prof. Alex Fraga, repudiar veementemente que mais uma vez, Ver. Maroni, o Governo está atendendo os interesses das empresas de ônibus de Porto Alegre. É verdadeiramente escandaloso esse setor que funciona à margem da lei, de maneira comprovadamente irregular, ilegal, à revelia da Constituição Federal, da lei de licitações! Um setor que ao longo de 60 anos foi marcado pela ilegalidade e pelos lucros ilegais, com indícios de superfaturamento, como nós encontramos na auditoria do Tribunal de Contas do Estado; e mais: de negociata de concessão pública como se fosse privada, como foi o caso da empresa Cambará, cujo dono morreu e deixou as linhas de ônibus de Porto Alegre como parte do seu testamento. Isso é tão escandaloso que é a mesma coisa que um funcionário público deixar o seu cargo público no testamento para seus filhos! E, somado à ilegalidade, aos anos de aumento acima da inflação, nós vimos uma perda de salário real dos trabalhadores rodoviários e uma perda de qualidade do transporte coletivo.

---

Felizmente, em 2013, os jovens se levantaram, apoiados pelos trabalhadores, pelos rodoviários, amplamente apoiados pela população, conseguiu-se reverter aquele aumento abusivo da passagem, que naquele ano iria para R\$ 3,05. Tudo isso, somado com a auditoria do Tribunal de Contas, com a nossa ação jurídica e política - minha e do então Vereador, e agora Deputado Estadual, Pedro Ruas -conseguiu revogar o aumento de passagem à época, inspirando a população de outras cidades a sair às ruas. E com a força de São Paulo nacionalizou essa luta e transbordou. Foi uma faísca diante de um povo cansado e de uma juventude cansada da falta de democracia, da negociata, da corrupção, que saiu às ruas para criticar, para lutar por um sistema de transporte público e de mais qualidade.

Nós, mais uma vez, vimos como atua esse setor, que é na verdade um oligopólio, um cartel, porque quando a Justiça obrigou a Prefeitura de Porto Alegre a abrir licitação, numa decisão do Dr. Canibal, os empresários da ATP se organizaram para boicotar a licitação. E se organizaram de maneira declarada, porque eles acham que estão acima da lei. Agora, com a caneta da EPTC, mostra-se, mais uma vez, um conluio perverso entre os interesses dos empresários e o Governo Municipal. É inadmissível, inadmissível que se bote um aumento de 10,85% para a nossa população pagar. Mais que isso, é ilegal! Esse setor funciona com a mesma legalidade que uma perua, uma *van*, que faz transporte clandestino das Ilhas ao Centro de Porto Alegre, porque sequer contrato tem com a Prefeitura de Porto Alegre.

Eu desafio a todos os Vereadores fazerem um Pedido de Informações pela Lei de Acesso à Informação Pública, pedindo os contratos das empresas de ônibus com o Município. Não receberão, porque não existem. A ilegalidade deles são os lucros exorbitantes que meia dúzia de empresários ganha às custas da população. E agora a planilha técnica - entre aspas - da EPTC, que de técnica não tem nada, aliás, tem de muito política, porque se fosse para analisar técnica, tem que analisar o impacto de um aumento de 10% no salário do trabalhador, que já está arrojado com o aumento da energia elétrica, da gasolina, do custo de vida. Mas, com esse pedido de aumento, a Prefeitura, mais uma vez, faz parte de um conluio com os empresários para jogar, nas costas do povo da nossa Cidade, o aumento abusivo da passagem.

E mais, pega carona, sete dias para análise da planilha técnica, não conta os feriados no caminho, e, amanhã de manhã, já chamam uma reunião do Comtu, que é

---

majoritariamente composto por Secretários e entidades patronais, para sancionar esse aumento abusivo. Nós seguiremos lutando contra e esperamos que o povo de Porto Alegre conquiste mais uma vitória.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro, nosso Presidente, o parabênzulo pela iniciativa de ter um camarote para os Vereadores acompanharem o carnaval; foi muito bacana, pois os Vereadores que foram viram como valorizou a nossa Câmara. Acho que a tarefa do Vereador é, não apenas aqueles que são carnavalescos, eventualmente acompanhar, porque são manifestações populares culturais importantes e nós precisamos ter opinião sobre elas.

Há um tema muito importante em relação ao carnaval que é o tema da realização da estrutura permanente do Complexo Cultural Porto Seco.

No início do ano passado, a nossa Comissão esteve no Complexo Cultural, depois fez audiências públicas, recebeu o comitê formado pela comunidade, para a construção desse Complexo, e recebemos a promessa de que, no início de 2014, pós-carnaval, haveria a construção da primeira parte da estrutura permanente. Isso foi postergado, e é certamente por uma dificuldade financeira, mas nós consideramos que a Prefeitura, no Orçamento 2015, colocou algum recurso, lembro que foi em torno de R\$ 8 milhões – o Ver. Airto era o nosso relator – e lembro que havia iniciativas de fazer emendas com aqueles valores, e nós dizíamos que aquele valor era para o Complexo Porto Seco. Aquelas comunidades do entorno, milhares e milhares de famílias que foram transferidas, que estão em novas moradias, precisam daquele espaço de lazer, cultura e entretenimento funcionando o ano todo. E eu espero que a Prefeitura, agora, pós-carnaval, encaminhe a licitação do primeiro bloco de arquibancadas, que embaixo terá salas para serem salas de aula, oficinas e para que possa também ajudar a preservar os barracões, para que todo o ano haja segurança e não haja um desacúmulo em relação aos equipamentos, inclusive à prevenção de incêndio. Esse é o nosso desejo. Parabéns ao conjunto das escolas, aos esforços das comunidades.

---

Quero falar também da questão da passagem, e falar aqui para os Vereadores. A partir dos movimentos do ano passado, a partir da denúncia e da insistência, desde 2011, com a licitação, nós vimos trabalhando em propostas para auxiliar a Prefeitura, e não é possível aumento da tarifa acima da inflação ou qualquer aumento de tarifa numa situação tão frágil de relação com as empresas. As duas licitações abertas que deram vazias claramente, nitidamente, há um cartel, há um conluio, há um pacto para prorrogação desses contratos frágeis, temporários da forma como estão. E a Prefeitura precisa desta Casa. A Prefeitura está buscando alternativas para fazer uma licitação que tenha sucesso. A Prefeitura analisa fazer linha por linha. A Bancada do PT propôs construir – o Ver. Mauro, o Ver. Marcelo Sgarbossa, nosso Líder, em nome de quem falo – um projeto que nós queremos votar no início de março. E esse projeto oferece à Prefeitura Municipal elementos simples, mas emblemáticos para que as empresas venham para a licitação, para que as empresas tenham maior controle, para que haja transparência, para que a população conheça, de fato, os custos, os usuários, o funcionamento. São mecanismos como o controle da bilhetagem eletrônica. Se as empresas fazem chantagem, dizem que vão processar, dizem que vão querer indenização, e a Prefeitura não pode fazer, a Câmara de Vereadores pode, sim, legislar. Este Legislativo pode e deve apresentar.

Nós propomos votar esse projeto e queremos que o conjunto dos partidos avalie o projeto, um fundo público com os recursos todos arrecadados para a gestão da Prefeitura Municipal, um novo Comtu democrático, e a ampliação progressiva da Carris. Nós entendemos que a Carris deve estar em todas as regiões, deve ser um parâmetro, um termômetro para a boa qualidade do serviço.

Então, entendemos que, diante dessa situação, é muito importante esta Casa encaminhar os projetos relativos ao transporte, queremos acumular com as Lideranças para, no início de março, ofertarmos à Prefeitura novos instrumentos para enfrentar esse cartel, que é uma caixa fechada, que esconde muitos dados e penaliza a população mais uma vez. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, ouvi atentamente o que disse, aqui, a Ver. Fernanda. No entanto, a Vereadora, na Sessão anterior, estava com uma camiseta que dizia “capitalismo zero”! Muito bom. Só que nós estamos no sistema capitalista. Nós não estamos no sistema socialista, ou comunista, que, provavelmente, a senhora defenda.

Nós estamos no capitalismo, que exige lucro, exige investimento, exige custos. Evidente que, como a população nem sempre consegue salários adequados, o custo do transporte coletivo se torna caro. Porto Alegre também tem uma característica, existe, vamos supor, um fundo onde os roteiros de menor quilometragem suportam aqueles de maior quilometragem. Então o custo de uma passagem do bairro Auxiliadora para o Centro é o mesmo custo do bairro Lami para o Centro de Porto Alegre. Por isso há uma bolsa de compensação, um financia o outro.

Na vez anterior, já houve uma dificuldade de atender os custos. Hoje vou dar um exemplo de um sistema, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, onde o Município assumiu uma empresa de ônibus, que é a Carris. No ano passado, a Carris teve que receber R\$ 20 milhões em recursos da Prefeitura para equilibrar o seu caixa, porque, normalmente, uma empresa pública tem mais exigências, cumpre todas as leis, paga tudo certinho, não faz uma economia rígida porque tem mais exigências.

Só para dar um exemplo de uma empresa pública para uma empresa particular. Esses dias eu encontrei um empresário dos ônibus e ele disse o seguinte: que, se fosse entrar hoje no negócio, ele não entraria nunca no ramo de transporte coletivo, e que, se encontrasse alguém para comprar a sua empresa, ele sairia do negócio com urgência, porque, hoje, não existe rentabilidade que suporte o investimento.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia falou no Porto Seco. Acho que, nessa parte, ela tem razão. Nós precisamos fazer as estruturas definitivas, e isso pode envolver uma negociação com a iniciativa privada. Muito antigamente, o carnaval era patrocinado por uma empresa de refrigerantes. Por que, hoje, não pode se voltar não só para uma empresa, mas para várias empresas, diminuindo o investimento público no carnaval? O Ver. Bernardino, há muito tempo, reclama das diferenças de verba: bastante para o carnaval e zero para a nossa cultura gaúcha. Ele tem toda a razão, acho que deve haver certo equilíbrio. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

**A Sra. Lourdes Sprenger (Requerimento):** Sr. Presidente, gostaria de protocolar um Requerimento convidando o Secretário da Fazenda para vir até a Câmara, tendo em vista o encerramento do ano fiscal, algumas manifestações de incorreções, na mídia, e, mais ainda, as declarações do ex-Secretário Casartelli, Vereador desta Casa, nos jornais da Capital.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, eu vou iniciar pelo final da fala do Ver. João Carlos Nedel. Eu tenho uma Moção de Solidariedade e Apoio ao Prefeito de Passo Fundo, Luciano Azevedo, que há dois anos não dá dinheiro para o carnaval da cidade, mas botou ar-condicionado e trocou todos os móveis, em todas as escolas do município. Tem investido o dinheiro do carnaval nas escolas, tem investido o dinheiro da Semana Farroupilha, também, na educação do município.

Vários Vereadores estiveram aqui, e eu não subi a esta tribuna para falar do carnaval, mas, em função de tudo o que foi dito, por vários Vereadores, realmente, o carnaval de Porto Alegre não foi transmitido por nenhuma das TVs, porque são beneficiadas marcas de bebidas, a iniciativa privada é beneficiada por essa festa, que era para ser do povo. Nesse final de semana, vimos a briga do Secretário da Saúde em relação à diminuição de verbas, o que pode ocasionar o fechamento de algumas Unidades de Saúde. Nós brigamos aqui para que os postos de saúde fiquem abertos até as 22h, e agora se vê a possibilidade de eles serem fechados.

Nós entramos com um projeto de lei para que o Porto Seco seja usado em todas as paradas, em todos os desfiles cívicos, militares e folclóricos. Queremos que todos sejam feitos no Porto Seco. Achamos – Ver.<sup>a</sup> Sofia, Ver. Cleiton, Mauro Pinheiro, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Kevin Krieger – que o Porto Seco só alcançará a finalidade para a qual foi construído se levarmos todos os desfiles para lá, todos os desfiles mesmo: a Parada Gay, o 7 de Setembro, o 20 de Setembro, todos têm que ser feitos no Porto Seco. Ou então que o carnaval de Porto Alegre volte a ser na orla do Guaíba, como são



---

feitos todos os outros; que se faça, então, uma pista de kart lá no Porto Seco, mas que não se use apenas nas quatro noites de carnaval.

Quero salientar uma matéria que saiu nesse período de carnaval e que deve ter chamado pouca atenção dos porto-alegrenses – na segunda-feira, esta Cidade volta a todo o vapor: teremos 25 km de novos transtornos no trânsito da nossa Cidade. Nós temos transtornos na Av. Osvaldo Aranha que atingem 60 mil pessoas diariamente. Nós temos transtornos na Av. Ceará que já duram dois ou três anos e que atingem no mínimo 80 mil pessoas. Nós temos transtornos na Av. Cristóvão Colombo que atingem um número de pessoas semelhante aos da Ceará. Nós temos transtornos na Av. Anita Garibaldi que atingem 70 mil pessoas; temos os de Teresópolis, que atingem em torno de 50 mil pessoas; os da Cavalhada, que atingem 70 mil pessoas; os da Av. Protásio Alves, em que, até hoje, não foram concluídos os corredores, transtornos que atingem 90 mil pessoas; os da Av. Assis Brasil, que atingem 120 mil pessoas. Os novos transtornos são os da Av. Salgado Filho, da Av. Professor Annes Dias, do Praia de belas e da Av. Borges de Medeiros, sem falar na Av. Voluntários da Pátria, que continua com obras inacabadas. Então, nós teremos, com tudo isso, mais 25 Km de novos transtornos. Teremos mais dificuldades, como já foi dito aqui, nesse transporte coletivo da nossa Cidade, que é um caos.

E, Ver. Nedel, ninguém fica com um produto que não dá lucro; ninguém fica com uma sapataria que não dá lucro; ou com um supermercado que não dá lucro. Esse cidadão que queria vender a sua empresa de ônibus dizendo que não dá lucro provavelmente não ficaria com ela se não desse lucro. A única empresa de ônibus que não dá lucro é essa do seu amigo aí, que falou que não dá lucro, mas ele não entregou até hoje. Se não dá lucro, entrega para o Município! Se não dá lucro, vende! Ninguém fica com algo que não dá lucro; principalmente, o setor produtivo; principalmente, o setor que explora as pessoas. Então, quanto a essa choradeira do setor de transporte, de que não dá lucro, nós já estamos cansados de ouvir! Cansados! Se não dá lucro, abre a planilha; se não dá lucro, traga a planilha com tempo hábil para esta Câmara de Vereadores analisar, mas não em 24 horas. Traga a planilha para os nossos técnicos analisarem! Não para nós olharmos, para passarmos os olhos por cima. Traga a planilha com transparência. Abram a “caixa de pandora”, que é esse transporte de Porto Alegre. A gente sabe muito bem o que custa comprar quatro pneus, quanto custa comprar centenas de milhares de pneus. Então, não



---

vamos nos fazer de vítimas, senhores empresários do transporte; vítimas são os usuários do transporte de Porto Alegre, que, a cada dia, são mais explorados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, funcionários desta Câmara, eu aqui ouvi sobre algumas situações do transporte, mas ninguém falou que foi o Governo Fortunati – depois de vários e vários governos administrando a nossa Cidade – que abriu a licitação. Foi o Governo Fortunati que teve essa coragem – a não ser o Governo do PT na época do Olívio, que teve a coragem de enfrentar, mas que depois voltou atrás –, e hoje foram determinados tantos por cento, conforme a planilha técnica, que tem que ser discutida. Tem de ser discutidos esses lucros. Concordo com o Ver. Janta quando ele diz que a vítima é o usuário do ônibus, mas nós temos que discutir e também administrar. Então, é legal, muitas vezes, fazer oposição, mas temos que lembrar de tudo. Tem que lembrar que, depois de não sei quantos anos, Porto Alegre tem uma licitação que está sendo boicotada pelos empresários, mas que o Governo Fortunati teve o peito de enfrentar.

E outra coisa, senhores: carnaval, para quem não sabe, é cultura popular. Carnaval traz renda, emprego, pois há os marceneiros, os vendedores ambulantes, os serralheiros. E quem não leva isso em consideração, de repente, é porque, lá no fundo, tem um preconceito, porque é uma cultura de origem negra. Sei de bairros que não queriam o carnaval de rua, e vejam o sucesso do carnaval de rua. Eu concordo com o Prefeito de Passo Fundo, que quer investir em educação e saúde, mas, lá em Passo Fundo, de origem italiana, Ver. Janta, possivelmente, o respeito à cultura popular não seja o mesmo que é dado aqui. E aqui foram utilizadas empresas privadas, para que pudéssemos não investir tanto no carnaval, que é uma cultura popular, mas investir em outros setores, como educação e saúde. O carnaval em Porto Alegre poderia estar, sim, melhor. O Porto Seco está do jeito que está... E nós temos que lembrar que o Orçamento da Prefeitura é pequeno também. Quero falar dos dias de carnaval que passamos juntos, os Vereadores, funcionários desta Casa. Eu fico muito feliz e gostaria de parabenizar – em nome do Ver.

---

Comassetto também, pois na sua fala não deu tempo – a Escola de Samba Imperadores do Samba, a resistência do samba, o mar vermelho e branco, que, com todas as dificuldades, senhores, sem quadra – o Governo não pôde investir na quadra da escola, e foi retirada uma parte da quadra para fazer uma obra para Porto Alegre –, mesmo assim, ultrapassou todas as expectativas e foi campeã.

Agradeço a recepção que tive em todas as cinco escolas de samba em que desfilei. Agradeço principalmente a recepção muito forte que tive na cidade de Encruzilhada do Sul – faz dez anos que fui embora de lá, onde trabalhei como delegado. E, quando desfilei na minha escola querida do coração, a Mocidade Independente, surpreendi-me com o carinho e o respeito que as pessoas que estavam me assistindo me deram, com o carinho que eu recebi daquela comunidade acolhedora. Obrigado, Encruzilhada do Sul! Obrigado às pessoas de Encruzilhada do Sul, obrigado por esse carinho muito especial. Creio que foi um dos dias mais importantes da minha vida; depois de dez anos, estar nessa cidade e receber tanto respeito e carinho. Muito obrigado mesmo, de coração. Obrigado, senhores. (Não revisado pelo orador.)

**A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Carlos Urbim, escritor gaúcho de grande expressão na literatura infantojuvenil.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (15h) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Em votação o Requerimento nº 010/15. (Pausa.) O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 010/15.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores e Sras.

---

Vereadoras, quero dizer ao Ver. Elizandro Sabino que eu e a bancada do PP, sem dúvida nenhuma, Ver. Cassio Trogildo, votará a favor dessa Moção. É muito importante que todas as áreas, todas as organizações que estão envolvidas na defesa do direito da criança e do adolescente entendam o recado dessa Moção de Solidariedade com os familiares dos conselheiros tutelares mortos em serviço. Muitas vezes os conselheiros tutelares são obrigados a executarem algumas coisas que não são da sua atribuição, e, neste caso, nesta cidade e nesta tragédia, aconteceu exatamente isso: eles foram cumprir a obrigação de outras autoridades responsáveis. O fato não acontece só nessa cidade onde aconteceu essa tragédia, muitas vezes acontece em outras cidades, inclusive na nossa cidade de Porto Alegre. Então, sem dúvida nenhuma, fiz questão, por ter sido conselheiro tutelar desta Cidade de 2001 a 2004. Muitas vezes, nos nossos plantões, principalmente – e não foi uma, nem duas, nem três vezes que tivemos de sair do plantão para fazer coisas que não eram da nossa obrigação e da nossa atribuição de conselheiro tutelar. Por falta de organização de outros órgãos, os conselheiros tutelares acabam por fazer o que não está previsto dentro das suas atribuições. Então, sem dúvida nenhuma, a bancada do Partido Progressista votará a favor dessa Moção de Solidariedade. Neste ano, inclusive, teremos eleições para os Conselhos Tutelares, e esta, sem dúvida, é uma pauta que estará nesta Câmara para debatermos em 2015. Então, o apoio incondicional da Bancada do Partido Progressista a essa Moção de Solidariedade.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 010/15, pela oposição.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; caros colegas, colegas da Bancada do Partido dos Trabalhadores, eu gostaria de encaminhar essa Moção de Solidariedade muito bem proposta pelo Ver. Elizandro Sabino, a quem deixo os cumprimentos porque sempre levanta essa bandeira. Acho da maior relevância, assim como o Ver. Kevin Krieger aqui também trouxe suas palavras, com a experiência de quem foi conselheiro, porque esse ataque que levou a vida de dois conselheiros tutelares, na cidade de Poção, que muito repercutiu pelas redes sociais, o apoio a esses familiares, a mobilização da sociedade civil que se ergueu contra esses dois assassinatos é da maior

---

relevância. Como muito bem falou o Ver. Kevin Krieger, nós, hoje – e aí não é uma questão partidária, não estou me referindo ao Município de Porto Alegre, mas é um problema efetivamente nacional, de todos, do Governo Federal, de toda a sociedade, dos governos estaduais e municipais –, mesmo 20 anos depois da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, temos um arremedo de proteção das crianças e dos adolescentes no Brasil. Um arremedo malfeito, um arremedo de gasto público que adicionou nessa sopa que é hoje a segurança pública no Brasil mais um ingrediente: viver sem integração, viver enxugando gelo, porque não consegue trabalhar junto com a Polícia Civil nem com a Brigada Militar, nem com as escolas, porque não senta junto com o Judiciário, não conversa com o Ministério Público, e que vê, efetivamente, a violência aumentar em toda a sociedade. Alguns acreditam que a solução seja rasgar o sistema de proteção da criança e do adolescente, previsto desde a nossa Constituição de 1988, e voltar para as concepções antigas que criminalizavam a infância - assim como criminalizavam a mendicância, aquelas velhas formas de criminalização dos setores excluídos da sociedade - sob o nome que hoje está muito forte, levantado pelo famoso Deputado Federal Jair Bolsonaro: a redução da maioridade penal. Ele lidera uma Frente Parlamentar pela Redução da Maioridade Penal, exatamente no sentido inverso daquilo que os conselheiros tutelares de todo o Brasil tentam construir a duras penas. Aqui em Porto Alegre nós temos mais um triste exemplo. Não é o único, nem é o pior, mas é mais um. Nós temos 50 conselheiros tutelares, um número expressivo, mas que, pela falta de planejamento das políticas de segurança, de uma concepção preventiva levada a sério, não só no discurso, com planejamento, com estudo, com integração dos órgãos que deveriam trabalhar junto com o Ministério Público, Ver.<sup>a</sup> Sofia, nas fichas de evasão escolar - Ficai -, em que Porto Alegre é campeã no Rio Grande do Sul e uma das cidades que hoje tem a maior evasão escolar no Ensino Fundamental do Brasil. É ali que a integração e o sistema efetivamente preventivo da violência deveriam trabalhar, mas isso não é feito, porque não há plano municipal de segurança, não há uma estratégia que junte a Guarda Municipal também, não há concepção efetivamente preventiva. E aí nós vamos colhendo violência, e aqueles que gostam sempre de se alimentar do medo da sociedade têm os seus motivos para pedir a redução de direitos, para pedir a redução da maioridade penal, o aumento de penas, o aumento do sistema prisional. Aliás, hoje o jornal Zero Hora traz uma excelente matéria, de muito boa qualidade, apesar de não falar efetivamente do

---

---

tema que a matéria aponta, se não me engano, nas páginas 4 e 5. A matéria traz que, nos últimos dez anos, o Rio Grande do Sul teve a sua população carcerária relacionada ao tráfico de drogas aumentada em 240%. Ao mesmo tempo, os homicídios subiram 70%. Ora, a famosa “guerra às drogas”, proclamada pelo ex-Presidente americano Nixon, não nos prometia que, com o aumento do aprisionamento de jovens – porque a imensa maioria, 80% desses presos e mortos tem menos de 30 anos – iria cair o consumo de drogas, iria cair o índice de violência? Prometia! Mas o que nós vemos, na realidade, é o inverso. Essa política, que só sabe colocar jovens, na sua maioria negros e pobres, atrás das grades ou dentro dos caixões, na verdade, faz parte de um discurso do medo.

Eu vejo o Conselho Tutelar integrado em um sistema de segurança único, assim como outras políticas sociais hoje têm um sistema multidisciplinar preventivo, integrado, básico, que atua na casa das pessoas, que auxilia as pessoas a reconstruírem a sua vida. Esse é o sistema que está escrito no ECA, e que nós, a sociedade brasileira, não o Partido A ou B, não implantamos. E muitos já querem jogar no lixo, assim como querem jogar no lixo a Lei de Execuções Penais, que o Brasil nunca cumpriu, e dizem que ela é a culpada pelos índices de violência porque estabelece direitos aos presos.

Então, essa Moção de Apoio aos Conselheiros Tutelares não se restringe a esses dois Conselheiros; é para centenas de Conselheiros e Conselheiras Tutelares que têm feito, sim, um trabalho dedicado, não importa com qual apoio tenham entrado no Conselho Tutelar – algumas igrejas têm feito mobilizações pelos Conselheiros, tudo bem! É bom que a sociedade se mobilize, mas para efetivar os direitos, e que ela se conscientize que nós precisamos construir um modelo preventivo, senão vamos continuar, como bem dizem os policiais – aliás, continuam botando a culpa só na polícia – “enxugando gelo”, lotando prisões e lotando caixões, seja de jovens, seja de servidores da segurança, como os policiais e esses dois Conselheiros Tutelares que foram assassinados, ou como os 19 jovens que foram mortos, a semana passada, numa chacina na Bahia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 010/15.

---

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores; eu quero me solidarizar à proposição do Ver. Sabino e dizer que, sim, concordo com o Ver. Kevin. Nós temos que fazer um enorme esforço para garantir o livre e correto exercício da função importante de Conselheiro Tutelar. Estamos num país que, infelizmente, vive um processo de degradação moral, e isso não é de hoje, não é recente. Para alguns, falar em moral é uma coisa muito feia, mas acho que a degradação moral que nós estamos testemunhando há muito tempo, que se expressa, hoje, de forma muito perversa, na relativização dos valores éticos, especialmente na política, e que também permeia a sociedade de um modo geral, ela tem uma repercussão muito grande na família, nas casas e nas crianças. A questão da paternidade ou da maternidade inconsequente é uma chaga, Ver. Paulo Brum! Quantas crianças nós temos aí... Infelizmente, é triste; é fácil fazer um filho, mas a responsabilidade está em formar um cidadão, um ser humano, um indivíduo, Ver.ª Jussara Cony, repleto de valores e princípios. Isso tem que ter, sim, salvaguardas morais que digam ao cidadão, ao pai e à mãe, o que é certo e o que é errado. E me parece que, nesse aspecto, as pessoas confundem: “Ah, esse falso moralismo”. Não! A moral é importante numa sociedade, Ver. Cláudio Janta! É importante nós dizermos para um pai ou para uma mãe que, se eles botam uma criança no mundo, eles têm obrigação. E também precisamos de um sistema protetivo, que ajude e dê caminhos àqueles que não sabem.

Eu sou um operador do Direito, trabalho com isso, trabalhei muito em Vara de Família, é uma tragédia, é uma chaga que tem repercussões no crime, porque aquele que nada tem nada perde, ou aquele que nada tem nada tem a perder. Se a pessoa não tem afeto, a vida do outro não vale nada, porque, para ele, a vida dele também não vale nada. Pegar um revólver e dar um tiro em alguém é simplesmente um capítulo a mais de uma vida já repleta de tragédias. E o Conselheiro Tutelar tem a difícil tarefa de fazer esse papel.

Eu discordo diametralmente da posição – não é de hoje, e é bom que seja assim – de alguns Vereadores aqui, essa que o Ver. Kopittke trouxe. Lugar de traficante é na cadeia! Lugar de bandido é na cadeia! Se tem um menino que, com 16 anos, é mais bandido do que um cara de 30, se ele tem quatro, cinco, seis, dez homicídios nas costas, temos que ter uma resposta para isso, a sociedade precisa ter uma resposta para isso! Não é só esse papel do “coitadismo”.

---

Essa visão do Ver. Alberto redundou, nos últimos anos, no seguinte: nós criamos aqui a Lei Antimanicomial. Agora, se o cara não tinha condições de viver em sociedade, antigamente se dizia que era louco, ia para um manicômio. Hoje, o Estado se desincumbiu disso, ele fica solto, é problema da família. Muitos moradores de rua – não que sejam todos, obviamente – têm problemas mentais, não tem o que fazer! Perguntei ao Kevin, que trabalhou na FASC, e quero perguntar aos Vereadores: qual é o direito do morador de rua diferente do meu direito ou dos meus deveres como cidadão? Ele pode morar na porta da minha casa? Ele pode morar numa praça? Ele não tem obrigações como cidadão simplesmente porque ele é um coitadinho de um morador de rua?

Nós temos que acabar com essa visão do “coitadismo” de que o Estado tem que ser responsável e tutelador de tudo, se o cara tem não condições. Nós temos obrigação de fazer as nossas vidas. E temos direitos e temos deveres antes dos direitos! Todos nós temos o dever de trabalhar, de ser produtivo para a sociedade. “Ah, mas tem aqueles que não querem!” Está bom, tem aqueles que não querem. Mas até onde vai o direito desses que não querem de morar numa praça, de morar na porta da casa do Ver. Bernardino Vendruscolo, de morar embaixo de um viaduto, de morar na saída de Porto Alegre, à beira da *freeway*? Eles têm esse direito? Direito! Eles têm direito – dizia o Kevin, e eu concordo – de ir e vir. Mas isso não é direito de ir e vir. Antes desse direito, eles têm o dever de produzir para a sociedade. O dever! Como nós temos o dever de trabalhar para a sociedade aqui. E aí a gente vai relativizando essas coisas!

É claro que, dentro do sistema carcerário, existe uma grande massa de pessoas pobres, talvez a grande maioria seja negra. Mas isso é um fenômeno que, não necessariamente, traz esse determinismo: “Ah, ele nasceu pobre, ele nasceu negro e ele vai ser excluído”. Mas quantos exemplos nós temos aí?! Colega de infância do meu pai, o ex-Governador Alceu Collares: a vida talvez lhe destinasse outro caminho, mas ele estudou, ele trabalhava nos Correios durante o dia, estudava à noite, fez concurso e passou no vestibular para Direito da UFRGS. O Desembargador Tupinambá Nascimento, eu acho que foi o primeiro Presidente negro do Tribunal de Justiça aqui: estudou, trabalhou, foi lá e se fez!

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)



---

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Não tinha cota, é verdade, Ver. Cecchim, mas essa é uma outra discussão. Eu acho que essa lei... Aqueles menores que pegaram aquele menino João Hélio lá no Rio de Janeiro. Tiraram de dentro de um carro! O menino, preso no cinto de segurança, foi arrastado, e a mãe desesperada, ele foi trucidado! Com relação a esses é que a gente tem que ter essa visão de tolerância, de aceitar? Mas me parece que está errada, nesse aspecto, essa visão, me parece que está errada. O Brasil precisa acordar para um problema, uma chaga que está aí, que é essa visão de alguns que, infelizmente, não tem contribuído, ao contrário... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...ela tem agravado. Nós temos que fazer uma profunda reflexão sem demagogia a respeito dessas coisas, compreendendo, sim, que o Estado tem o seu papel, que os Conselheiros Tutelares têm o seu papel, que os assistentes sociais têm o seu papel, mas nada substitui o papel e a obrigação que cada um tem de contribuir com a sociedade para ter uma sociedade melhor, de trabalhar, de estudar, de se esforçar. Antes diziam assim: "Criminalizaram a vadiagem!" Que saudade que eu tenho! Por que o cara tem que ficar ali o dia inteiro, e está bom assim?! Daqui a alguns dias, quem vai trabalhar neste País? Quem está carregando este País nas costas é a classe média, somos nós, são os assalariados, que têm que pagar para um sem número de assistencialismos que estão sendo criados? Isso tem limite! E essa reflexão é muito difícil de ser feita aqui, mas eu gostaria de deixar marcada essa posição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 010/15.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; é, de fato, estarrecedor, indignante e tem que ter reação desta Câmara, do País como um todo, o assassinato de conselheiros tutelares. Nós sabemos o que eles passam quando enfrentam situações de vulnerabilidade das crianças que têm alguma vinculação com o tráfico, com pessoas envolvidas com crimes e violência. Não é diferente, muitas vezes, de quando professoras de nossas escolas identificam situações e são ameaçadas, em especial, pelo pai da criança, para não denunciar, para não encaminhar. De fato, quando

---

quem protege os direitos perde o direito à vida, isso exige do nosso País uma indignação, uma reação e uma política específica.

Eu queria falar um pouco do tema dos Conselhos Tutelares. Eu acho que, quando se criou esta figura do protetor dos direitos da criança e do adolescente, não se imaginou que seria uma outra estrutura executiva no lugar do órgão dos Municípios, do SUAS, do Sistema Único de Assistência Social não substituiria, não seria um sistema paralelo executor das políticas. Mas também não dá para ser um órgão que não tem retaguarda, que não tem condições de acionar a política pública e que também não tem como exigir do Conselho Tutelar que proteja as crianças, se essa política pública não funciona em rede, não funciona de forma articulada, principalmente considerando que eles são muito poucos, no caso de Porto Alegre, uma população imensa.

Vejo que é humanamente impossível um conselheiro tutelar estar presente em todas as situações, acompanhar, sem ser de forma burocrática, todos os casos, em especial quando o espaço não é adequado, quando não tem uma tecnologia suficiente e quando o conjunto dos técnicos, que é especialmente responsável pela rede de atendimento, não funciona articulado com o Conselho Tutelar.

O que é essa rede de atendimento? Eu acredito muito nela. É a organização territorial de todos os equipamentos, de todas as políticas públicas que atuam com a criança e com o adolescente, seja a escola, seja o posto de saúde, seja a Assistência Social, o Sase ou o trabalho de atendimento no contraturno, na extensão do turno escolar, no trabalho educativo, eventualmente Pronatec, ou seja, quem coordena. Por quê? Porque cada situação, onde é detectada a violência, onde se gera uma Ficai, onde a criança não está frequentando a escola, sumiu, desapareceu por vários dias, nunca tem uma solução simples; não é uma resposta burocrática, uma ficha que não fica na gaveta que resolvem. O Conselho Tutelar precisa poder recorrer a essa rede reunida e discutir o caso do Fulano, cuja mãe está drogadita, o pai está preso, ou a situação é de cuidado com menores, ou a situação é de subemprego, de emprego precoce, de envolvimento com drogas e por isso está faltando à escola. A escola identifica, encaminha ao Conselho Tutelar e, se não houver esse trabalho em rede, que vai chegar na mãe, que vai oferecer uma alternativa para a gurizada, que a escola vai saber desse procedimento que a escola vai monitorar, que a assistente social vai monitorar, não vai funcionar. Não há conselheiro tutelar que tenha condições de ser eficaz se não tiver esse lugar do trabalho integrado. E

---

a vulnerabilidade do conselheiro tutelar é muito maior quando ele tem que atuar sozinho, quando ele tem que encaminhar sozinho a denúncia, quando ele não tem o respaldo e o conhecimento do Executivo.

Acho que precisamos dessa percepção de que a gente precisa dar condições ao conselheiro tutelar, porque as condições necessárias são muito mais do que aquele equipamento ali, do que uma kombi funcionando, do que uma tecnologia ou um assistente administrativo no local. É um funcionamento de rede, de fato; O funcionamento, de fato, num conjunto de políticas públicas, que apóie a família, que apóie a criança, o adolescente, em vulnerabilidade.

Mas eu preciso, aqui, fazer um contraponto à fala do Vereador que me antecedeu, que aproveitou todo esse tema da vulnerabilidade, e acho que demonstrou um preconceito e uma visão de criminalização da vítima, porque considerar que um morador de rua está na frente da nossa casa porque ele quer, e ponto, é muito simples. E, por outro lado, não reconhecer que o seu Governo - em que o Vice da Prefeitura Municipal é do PMDB - está falindo, está ausente na situação adulto-rua, uma situação extremamente complexa, uma situação que não basta polícia, não basta conceitos de moral, de quem trabalha ou de quem não trabalha, calçada que é minha, ou que não é! É muito mais do que isso!

São pessoas que combinam muitas situações que as tornam vulneráveis e capazes de sobreviver nas ruas. E a drogadição é uma delas, a doença mental, o sofrimento psíquico, e tem o problema seriíssimo de falta de trabalho articulado, de encaminhamento, de abordagem, seja da saúde, seja da assistência, de moradia, de trabalho e renda protegidos.

Hoje nós não temos nenhum programa consistente, articulado, que funcione, atendendo a situação rua, e ainda querem fechar a Escola Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 010/15.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, boa tarde a todos os colegas. Em meu nome e em nome da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Bancada do

---

PSOL, quero dizer que fiquei muito preocupado com relação a algumas falas de Vereadores desta tribuna.

Primeiramente, assusta-me bastante o olhar de higienismo social do Ver. Valter Nagelstein, como se houvesse uma opção – “Eu quero ser pobre, eu quero morar na rua”. Muitas pessoas são impelidas a esse tipo de vida; nem sempre é uma escolha pessoal, Valter. Eu acredito que, Vereador...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Perdão, eu acredito que no mundinho encantado onde o senhor nasceu e se criou, tudo era perfeito, tudo era bonito: a família era unida, os valores morais que o senhor tanto prega eram desenvolvidos desde o berço - que lindo! Maravilhoso se todos pudessem viver no mundinho encantado do Ver. Nagelstein, mas, infelizmente, essa não é a realidade do nosso País. Nós temos uma grande parcela da população ainda vivendo abaixo da linha da miséria, Valter, e para essa, sim, é necessário um custeio, uma ajuda do Estado. Os programas sociais não visam beneficiar uns ou outros; a meu ver, os mais desfavorecidos deveriam ganhar. E agora uma crítica especial ao Ver. Nedel, ele falou da camiseta gloriosa da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna - “Capitalismo zero”. O ícone do capitalismo, Estados Unidos da América, há uns anos, quando houve aquela grave crise imobiliária, muitos bancos estavam à bancarrota, falindo. O que o Governo Norte-Americano, o ícone do capitalismo, fez? Injetou dinheiro em bancos privados. Se aquilo fosse capitalismo de verdade, se o capitalismo funcionasse, nenhum centavo público seria investido em instituições privadas, e foi. Então que capitalismo maravilhoso é esse? Isso é uma idiotice! É necessário o custeio do Estado, principalmente para programas sociais - moradia, saúde, educação -, são obrigações constitucionais, o Governo é obrigado. Com relação à criminalidade que muito bem destacou o Ver. Alberto Kopittke, de que precisamos realmente conter esse avanço da criminalidade do nosso País, ninguém aguenta viver trancado atrás de grades, mas talvez a alternativa proposta pelo Ver. Valter Nagelstein não seja a melhor. A meu ver, a melhor forma de evitar isso é através da educação, a educação resgata. Tínhamos, no passado, uma educação pública de qualidade. As nossas escolas estão jogadas às traças, as escolas municipais estão terríveis! A gestão da Secretaria Municipal de

---

pág. 19

---

Educação é vergonhosa; é uma Secretária de Educação que não dialoga, ela é só impositiva. Isso não serve a ninguém, não serve a construção da nossa sociedade, não serve ao futuro das nossas crianças. Qualidade, o quadro pessoal. Muitas escolas estão sem professores, então como fazer? A orientação da nossa Secretária é: não deixar o aluno ir mais cedo para casa; botar qualquer um no lugar, tirar a pessoa seja da biblioteca, ou o diretor ou o vice-diretor para irem à sala de aula para fazer de conta que as crianças estão realmente aprendendo, estão aproveitando. Essa é a diretriz da nossa Secretária! É um fiasco, uma vergonha! Então não me venham aqui dizer que não, que a pessoa não pode ficar morando aqui ou ali. É direito constitucional, não de ir e vir, mas de ter uma moradia, e uma moradia digna, Ver. Valter Nagelstein, então não me venha com esse papinho. Vamos garantir, sim, os direitos constitucionais, básicos, art. 5º da Constituição; o que vier depois disso é bobagem. O futuro da Nação é a nossa criança, são os pequenos. Vamos garantir escolas de qualidade, uma educação de qualidade para, aí sim, discutirmos o futuro deles e do nosso País. Muito obrigado e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 010/15, pelo Governo.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Professor, qual é a sua matéria? (Pausa.) Biologia. Eu fico pensando o seguinte: o que o senhor sabe a respeito da minha vida, por exemplo? Quando o senhor fala sabendo, o senhor demonstra saber; quando o senhor simplesmente fala sem saber, o senhor demonstra preconceito. O senhor talvez só tenha destilado preconceito nesta tribuna, porque o Vereador veio aqui dizer que eu nasci em um mundinho encantado. Já começou desqualificando o seu contendor, mas eu não sou seu contendor, professor, até porque o mundo derrotou as ideias que o senhor defende. Ver.<sup>a</sup> Fernanda, vocês defendem a Coreia do Norte e Cuba! Então vou querer discutir com eles o que, meus queridos companheiros? Mas onde é que dá certo esse tipo de política que eles falam aqui? Eu não sou seu contendor. O senhor tem que se ocupar, em primeiro lugar, mostrar que, nesses países ou nesses regimes que o senhor defende, a coisa funciona. Talvez em Cuba não tenha morador de rua. Certamente, a expressão que o senhor usou, que não foi higienização, foi outra expressão, que eu até nunca tinha

---

---

ouvido falar. O senhor usou a expressão higienismo, então precisa ler o que é, já que o senhor não sabe, assim como a Ver.<sup>a</sup> Fernanda. O higienismo foi uma doutrina levada a cabo para evitar que doenças e outras chagas e epidemias se proliferassem. Higiene é muito bom, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, a senhora sabia que higiene é bom? Faz bem a pessoa se limpar de vez em quando! Não é ruim! E tem que limpar os pensamentos também!

Vereador, só para que o senhor saiba: eu trabalho desde os 16 anos, e lhe trago minha carteira assinada aqui. Eu comecei com 19 anos no Sistema FIERGS e saí de lá com 29. Fui de estagiário a Chefe do Gabinete da Presidência. Eu já fui secretário do Codesul, diretor de banco, Secretário da Indústria e do Comércio de Porto Alegre por força do meu trabalho. Ao longo desse trabalho fui atacado pelo seu Partido por diversas vezes. Vejo que o que aconteceu na Cidade Baixa é fruto direto do trabalho que, graças a Deus, pudemos executar lá, inclusive no nível de conscientização das pessoas com aquele bairro, e tanto fui atacado pela sua colega Ver.<sup>a</sup> Fernanda. A higienização que propus na Cidade Baixa talvez fosse em relação a um cara que tem um bar que tem que funcionar com saída de incêndio; um cara que coloca um garçom para trabalhar a noite inteira, quem sabe ele proíbe as pessoas de fumarem lá dentro, porque quem está trabalhando respira aquele ar a noite toda! Foram essas as higienizações que eu fiz e agradeço, sinto como um elogio. Eu quero morar em uma cidade higienizada, limpa, sem lixo, não é com esse caráter que vocês estão dando, porque não sabem nem o que falam da higienização social.

Vou dar um único exemplo para o senhor que fala do anticapitalismo, de onde um processo de combate à chaga da criminalidade funcionou e é exemplo para todo o mundo. O Direito Penal ensina que a legislação penal tem dois caracteres: o caráter de prevenção geral, que o cara olha e sabe que daquela conduta antijurídica e antissocial vai ter uma consequência; e o caráter da pena, em que, se ele cometer um crime, ele será penalizado, ele vai para um presídio, ele vai passar um, dois, três anos. Infelizmente, no Brasil, parece que ninguém mais vai para a cadeia: roubando o que roubaram e não acontece nada! Mas esse é o caráter da lei penal, que faço questão de compartilhar com o senhor. Em países onde a lei penal não é exercida, se dá uma espécie de salvo conduto ao crime. Em países, como o senhor criticou, como os Estados Unidos, eu gostaria que o senhor soubesse o que é a política da tolerância zero. Não é a política de higienização social; ao contrário, é uma política de compreender que as pessoas são sujeitos

---

---

portadores de direitos e de deveres, e aquele que está convivendo em sociedade tem os mesmos deveres que o seu vizinho. E se cometer um pequeno crime, e se nós não corrigirmos esse pequeno crime, se não corrigirmos aquele pequeno desvio, nós estamos aceitando, desde os pequenos até os maiores desvios. Portanto, nós temos que ser, nesse aspecto, duros e contundentes, para que sirva de exemplo, para termos uma sociedade reta. Higienizada, nesse aspecto, eu até posso concordar; mas higienizada de crime, de violência, higienizada de pobreza! E a pior pobreza não é a pobreza econômica; a pior pobreza é a pobreza de espírito, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Realmente, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, eu vou ter mais um minuto, como todos tiveram. Talvez, se nós estivéssemos em países desses que a senhora incensa, nós não teríamos; mas eu tenho mais um, e tenho mais um para dizer que a pior pobreza é a pobreza das ideias, a pobreza de espírito. Essa é a pior! O cidadão pode ser pobre, mas isso, de repente, é uma opção de vida também. E eu não estou dizendo que pobre em si seja um problema, muito antes pelo contrário. Eu saí de uma situação em que meu pai era um advogado, cassado, procurador federal, foi para Bagé e começou a refazer a sua vida. É daí que eu venho! Eu não venho de berço de ouro, não! Talvez o senhor se engane, olhe para mim e ache que eu estou vindo de um berço de ouro. Isso é preconceito, quem sabe. Olhar para as pessoas e já imaginar alguma coisa. Pense, antes de falar, porque se nós temos dois ouvidos e uma boca, é para ouvir mais do que para falar. E seus exemplos do mundo, se algum deles for bonito para ser ouvido e mostrado, eu gostaria de aprender. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o Requerimento nº 010/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

**APROVADO** por 27 votos **SIM**.

**O Sr. Valter Nagelstein (Requerimento):** Sr. Presidente, há dois projetos na Ordem do Dia que são concessões de Títulos de Cidadãos Eméritos, um deles póstumo. Como são projetos que precisam de quórum qualificado, aproveitando que nesta quarta-feira de cinzas está a maioria dos Vereadores presentes, antes que saiam do plenário, solicito a



---

alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 251/14 – homenagem póstuma ao Fernandão, de autoria do Ver. Nereu D'Avila – e do PLL nº 040/14, de minha autoria, em homenagem ao jogador de futebol Tinga, que ainda vem com atraso, porque na verdade é uma resposta àqueles atos de racismo que o Tinga sofreu. Após retornaremos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com o voto contrário do Ver. Cláudio Janta.

**A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito acrescentar na ordem de priorização de votação de hoje o Requerimento nº 114/14.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** 9 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Em discussão o PLL nº 040/14. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 040/14.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Ver. Dinho, este Projeto, meus caros colegas, até por uma felicidade do destino, logo a seguir da discussão que nós tivemos aqui, vem para expressar exatamente aquilo que eu penso. Bem-vindo Ver. Elizandro Sabino.

Vereadores Professor Garcia e Lourdes Sprenger, o Tinga trás impresso no seu nome - aqui já faço minha homenagem ao Ver. Reginaldo Pujol que tem a sua base lá por muito tempo - um dos bairros mais pobres da Cidade, o qual ainda ostenta, até hoje - o Ver. Paulinho vem da Zona Sul também -, infelizmente, alguns indicadores de violência bastante grandes: frutos de guerras, de gangues, de outras coisas. Nós, várias vezes aqui homenageamos - inclusive o Ver. Dr. Thiago já homenageou aqui aquele time de futebol americano, o RedSkulls, no ano passado - todos esses projetos que por meio do Esporte visam à inclusão social!

---

Quem sabe, quicá, o Tinga tivesse no seu destino o mesmo destino de milhares de outros jovens pelas periferias do Brasil afora, sendo seqüestrado pelo crime, pela desocupação, pela violência. Mas ele buscou e lutou por outro caminho, como tantos que, no futebol, construíram páginas de glória; está aqui o Ver. Dinho, está aqui o Ver. Tarciso. Ele mostrou que é possível, por meio do esforço, se construir um outro caminho; por meio da determinação se construir um outro caminho; vencer, às vezes, certas barreiras invisíveis, certos grilhões que nos prendem, que nos aprisionam. E o Tinga foi lá e mostrou. Bom, mas até aí, seria um entre tantos, porque quantos fizeram dinheiro por meio do futebol e não tiveram preocupação social nenhuma, Ver. Paulinho? Mas o Tinga deu esse primeiro exemplo de que é possível vencer as dificuldades e os obstáculos, muitas vezes invencíveis, que a vida impõe a muitos de nós, e logo em seguida ele mostrou que é possível retornar para a sociedade esses benefícios, que é possível e que é necessário ajudar outros jovens! Ele desenvolveu e desenvolve projetos sociais! Não obstante tudo isso, vai a um jogo de futebol; alguém pega sei lá o quê - como já aconteceu outras tantas vezes -, uma banana, por exemplo; aí começa a praticar atos que são absolutamente odiosos e inaceitáveis.

Quero dizer aos meus colegas Vereadores, Delegado Cleiton, que este projeto foi proposto ainda no ano passado, antes das eleições. Eu resolvi deixar isso quieto para que não tivesse a possibilidade de alguém dizer que é um projeto eleitoreiro, interesseiro, porque é um projeto, acima de tudo, para dizer, e é o que eu quero que Porto Alegre afirme, Ver. Maroni, e se alguns Vereadores quiserem votar contra, como me disse uma nobre colega ali, não tem problema, que votem! A consciência de cada um que é que fala. Mas o que eu quero, o que eu fiz e o que eu insisto com este projeto é um rotundo “não” ao preconceito, ao racismo, a esse determinismo, dizendo que, se Porto Alegre se orgulha desse jovem atleta, desse jogador de futebol negro, com orgulho, que venceu todas essas agruras, que venceu todas essas dificuldades, que é um exemplo no futebol, Ver. Professor Garcia, como poderia ser em qualquer outro esporte. E que nós temos que ter orgulho do Tinga, assim como ele tem orgulho de Porto Alegre, porque carrega no seu nome um dos bairros mais importantes da Cidade. E esta Câmara precisava, como ato de desagravo e como ato de apoio, manifestar isso. Foi isso que àquela época eu propus e é isso que hoje venho renovar aos meus digníssimos Pares. Esse pedido, Ver. Márcio, de que Porto Alegre diga de forma alta, de forma rotunda, de forma contundente que nós

---

pág. 24

somos uma cidade plural, uma cidade feita de todas as imigrações que compõem este maravilhoso País, que repudiamos o preconceito, que repudiamos toda forma de preconceito, em especial o racismo, que temos orgulho do Tinga e que gostaríamos que muito mais jovens de todas as condições pudessem ter nele um exemplo de um caminho e de uma construção de vida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 040/14.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, muito sumariamente, eu sempre sustento, e o Ver. Nereu sabe dessa minha posição, que as matérias boas de aprovação a gente não discute, a gente vota logo. Eu fui, de certa forma, chamado para a votação, com a referência feita ao meu nome, eu conheço o Paulo César Fonseca do Nascimento - Tinga desde gurizinho, acho que de certa maneira fui um dos responsáveis para que ele fosse um herói do Grêmio por muito tempo, depois virou o jogo e foi jogar pelo Internacional, pelo Botafogo, por aí tudo. É um caráter dos melhores - tenho condição de fazer esta afirmação. Então, acho que Porto Alegre gremista, colorada... Todos nós sabemos respeitar este menino que lutou na vida, que se afirmou esportivamente e que hoje é um símbolo, não só da Restinga, é um símbolo da negritude. A maneira com que ele se rebelou contra a manifestação de racismo, com grande resultado para a causa que ele defende. Votar a favor desse projeto é mais do que um voto consciente, é um voto de afirmação na valorização de um ser humano que cresceu e se fez merecedor. Vou votar a favor, é óbvio, Sr. Presidente, depois de tudo o que eu disse. Espero que logo, logo, eu possa apertar o botão e nós garantirmos os 24 votos necessários para a aprovação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o PLL nº 040/14. (Pausa.) O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 040/14.

---

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, efetivamente esta proposição merece todo o nosso apoio. O ilustre atleta Tinga realmente é um exemplo de atleta, um exemplo de humildade, foi objeto desse problema sério de preconceito e continua na sua humildade, não jogou para a torcida, não foi para a imprensa; “matou no peito” e sentiu, claro que sentiu. Então, realmente, este merece o nosso reconhecimento.

Ver. Valter, hoje iniciamos a Campanha da Fraternidade, que tem como tema, este ano, “fraternidade: igreja e sociedade”, e como lema “eu vim para servir”, efetivamente para servir. V. Exa., antes, expressou aqui o problema dos moradores de rua, um problema seriíssimo em Porto Alegre que o Poder Público deve enfrentar juntamente com a sociedade, porque sozinho o Poder Público não vai resolver. Nós temos entidades sociais, e é justamente o que o lema da Campanha da Fraternidade pede: “eu vim para servir”. Aí está uma grande oportunidade para a sociedade servir, porque essas pessoas precisam de um atendimento. Há falta de políticas públicas, sem dúvida. Agora, há uma coisa de que eu discordo: qual é o direito fundamental da pessoa humana? Vou citar dois básicos: primeiro, a vida; segundo, a dignidade da pessoa humana. Eu faço a pergunta: é digno a pessoa morar na rua, não ter um lar, não ter um abrigo? Realmente não é digno. Portanto, morar na rua não é direito, o direito é a dignidade. Então, nós, Vereadores, homens públicos, temos obrigação de lutar pela dignidade da pessoa. Isso deve ficar muito claro, e nós temos uma grande oportunidade agora, na Campanha da Fraternidade, de desenvolver programas que deem dignidade à pessoa humana, especialmente aos moradores de rua.

Parabéns, Ver. Valter Nagelstein, pela sua proposição, certamente será aprovada por unanimidade nesta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal o PLL nº 040/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 251/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

---

Em discussão o PR nº 010/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 001/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Indicação nº 062/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 062/14.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e todas, apesar dos cinco minutos, eu me comprometi com alguns colegas para não utilizar todo o tempo. Eu queria fazer aqui uma saudação e uma referência à Lei nº 10.506, de 2008, que instituiu o Programa de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas. É uma lei efetivamente muito bem construída; vejo que a assinam Ricardo Gothe, Secretário do Planejamento Municipal, e o Ver. Cassio Trogildo, então Secretário Municipal de Obras e Viação; o Secretário Bins Ely também teve participação. É uma lei tecnicamente muito bem construída, que fala de quatro princípios: a conservação, a redução do desperdício, a utilização de fontes alternativas para a captação, para aproveitamento da água nas edificações e a conscientização dos usuários sobre a importância da água.

Eu acho que São Paulo, apesar da blindagem midiática e da crise, nos dá o recado de que, apesar de estarmos num lugar em que temos água relativamente em abundância, aquífero Guarani, as nossas bacias, nós precisamos, efetivamente, ter um melhor aproveitamento do uso da água, e isso passa por uma mudança profunda nas nossas edificações, tanto o uso racional quanto a captação da água da chuva, por exemplo, e a reutilização da água.

Depois, no Decreto nº 16.305, de 2009, que regulamentou a lei, acabou-se criando um grupo de trabalho, uma comissão, aqui chamada, para implementar estudos, e nós, no entanto, não vemos uma política mais decidida em relação ao tema. A lei prevê a possibilidade de incentivos, mas não fala ali, necessariamente, em incentivos fiscais, e nós acreditamos que o Prefeito, se ele deve decidir, se precisar abrir mão de recursos para que as nossas edificações tenham o uso racional e a captação da água da chuva, enfim, de outros tipos de reaproveitamento, deve fazê-lo. Então, de novo, eu me comprometo aqui em ser breve e estou sendo. A lei está sendo construída tecnicamente

---

muito bem. Olho aqui a Ver.<sup>a</sup> Mônica, que também tem um projeto de lei que prevê a utilização da energia solar. Nós, inclusive, fizemos uma emenda a essa lei proposta pela Ver. Mônica, prevendo ali a energia fotovoltaica, que também seguiu a mesma dinâmica, criou-se um grupo de trabalho e não foi adiante.

Então, mais uma vez, não adianta legislativamente estarmos bem amparados, tecnicamente com grupo de trabalho e técnicos competentes a elaborar projetos e pensar se a decisão política não vem. É para isso que queremos que a Câmara, mais uma vez, dê o aval e incentive o Prefeito a tomar decisões, porque a gente sabe que decisões na gestão são sempre complicadas, tem que se cortar orçamento em algum lugar, mas que se faça para o bem de toda a Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 062/14.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Vereadores, talvez segunda-feira seja a minha última Sessão neste ano de 2015 com os ilustres colegas, e é público e notório que eu estou indo lá para a Secretaria de Urbanismo. Então, meu Líder Ver. Cecchim, segunda-feira é o meu último dia. Mas quero aproveitar, Ver. Sgarbossa, e reiterar, aqui da tribuna, aquilo que já lhe disse em outra oportunidade na Casa: conte comigo na Secretaria de Urbanismo para enfrentar todos esses temas, que acho fundamentais e estratégicos para o futuro de Porto Alegre.

O tema do reaproveitamento das águas é um desses. E eu cumprimento V. Exa. pela iniciativa, porque trabalhei aqui, junto com o Ver. Moesch, que era muito ligado a essa questão, para que tivéssemos a garantia dos 20% de área livre vegetada nas edificações da Cidade, quando revisamos o Plano Diretor. Aprovamos uma lei aqui do reaproveitamento das águas, e eu acho isso fundamental. Eu ainda tive a oportunidade, não sei se o Ver. Cecchim lembra, de organizar uma missão, Ver.<sup>a</sup> Sofia, para ir a Israel – eu falo esse nome, e alguns se arrepiam, mas é um exemplo –, para a maior feira mundial de águas. Israel é uma nação que é a metade do Estado de Sergipe e reaproveita 92% das suas águas. E o segundo país que mais reaproveita as águas é a Espanha, com 12%. Agora, nós estamos vendo o problema de São Paulo, e parece que as pessoas

---

estão se acordando para o problema, de um recurso natural que achavam que era infinito, mas que se apercebem que, de fato, não só ele não é infinito, como também é caro.

Tratar a água é caro. Nós temos nas cidades brasileiras, e Porto Alegre não é diferente, algo em torno de 30% de perdas no sistema de canalização de águas – águas limpas, potáveis. Então, nós precisamos enfrentar isso. E, mais do que isso, nós precisamos fazer o reaproveitamento das águas das chuvas e o reaproveitamento das águas usadas, que são duas coisas diferentes. Num condomínio com seis mil apartamentos, é inadmissível que não possamos aproveitar as águas dos banhos, por exemplo, para aguar os jardins, para lavar pátio, que não tenhamos um sistema independente de cisternas e de caixas d'água que permitam o reaproveitamento dessas águas para isso. Às vezes, nós enfrentamos um dilema em função dos órgãos que vendem água, porque, obviamente, para eles interessa cada vez mais vender água – quanto mais, melhor. Mas também eles acabam se apercebendo que essa lógica está errada. O DMAE vender mais água é melhor para a sustentação do DMAE? Não é só isso que tem a ver. O DMAE retira água do lago Guaíba, de outros mananciais e tem que gastar com o tratamento dessa água.

Então, é um tema que, para Porto Alegre, para qualquer outra cidade, é uma agenda do século XXI: energias renováveis, Ver. Pujol. É óbvio que há a questão econômica, nós temos que ver o cálculo disso, porque, se não houver retorno – isso é uma coisa lógica, embora alguns não gostem –, os empreendedores não irão adotar, porque tem que haver um cálculo nessa questão. Mas esse cálculo é muito relativo, e, quando entra em conta o próprio destino da humanidade, ele adquire uma outra conotação. Então, nós temos que olhar a energia solar, a energia eólica, o reaproveitamento de água. Temos que caminhar para termos uma cidade sustentável. E isto eu quero assumir com os meus ilustres Pares aqui, este compromisso: estar com as portas da Secretaria permanentemente abertas não só para resolver o feijão com arroz do dia a dia, de licenciamento da obra aqui ou da obra acolá, mas para pensar estrategicamente Porto Alegre. O que será Porto Alegre, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, no ano 2050? Que tipo de Cidade, Maroni, nós vamos ter no ano 2050? A mesma Cidade de hoje? Não me parece que seja possível. Mas nós temos que começar, Ver.<sup>a</sup> Mônica, a caminhar Porto Alegre do ano 2050 já. E o reaproveitamento das águas é um dos itens fundamentais no trato dessa questão do futuro da Cidade. Mobilidade urbana, energias alternativas, reaproveitamento de águas, ciclovias, outras formas de transporte, construções ecológicas – são todos temas para os quais nós precisamos estar

---



---

juntos trabalhando: Câmara de Vereadores, universidades, sociedade civil, construtoras, enfim, todos os envolvidos nesse cenário econômico. E, se for o caso, sim, Ver. Sgarbossa, com incentivos econômicos. Incentivos econômicos para isso, em obras e em bairros da Cidade, como pode haver incentivos econômicos, por exemplo, para indústria criativa num determinado bairro, para indústria de alta tecnologia num outro bairro. Quer dizer, são todas discussões que eu gostaria, ao longo deste ano de 2015, de entreter aqui com os meus colegas Vereadores, para nós darmos a nossa contribuição à cidade que, tenho certeza, todos nós queremos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 062/14.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, antes de mais nada eu quero da tribuna cumprimentar o Prefeito José Fortunati, que decidiu oficializar, na tarde de hoje, a designação do nosso colega Valter Nagelstein para a Secretaria Municipal de Urbanismo. Conheço bem as posições e a capacidade de trabalho do Valter, sei que ele será um elemento importante na Administração Municipal para desamarrar uma série de entraves que hoje ocorrem, lamentavelmente. Quanto à Indicação proposta pelo ilustre Vereador signatário, que é um dos mais destacados integrantes desta Casa, eu quero assinalar, Ver. Sgarbossa, que a Indicação que nós reabilitamos aqui na Casa, por uma luta do Ver. Bernardino Vendruscolo, que reabilitou a Indicação, estava absolutamente obsoleta, nos termos em que era colocada... Aliás, eu queria até mudar o nome, queria dizer que era um projeto de lei indicativo, e não um projeto de lei propositivo, no sentido de obrigar a administração. Nos termos em que está colocado, é uma sugestão, mas representa, também, Ver.<sup>a</sup> Mônica, uma demonstração da vontade política da Casa, que deseja que alguma coisa seja feita. Isso faz com que nós tenhamos a tranquilidade de acompanhar o Ver. Sgarbossa na sua proposição, ainda que, Vereador, não tenha sido juntada aqui, como eu acho que teria sido oportuno, a lei, para a qual V. Exa. pretende que se criem benefícios, para sua efetiva implementação. Eu até sei que, hoje, é possível fazer isso. Quando nos inscrevemos, eu poderia ter solicitado ao

---

meu gabinete que trouxesse a cópia da lei, mas eu julgava que ela estava no processo, mas, infelizmente, não está.

De qualquer forma, o Programa de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas é fruto da Lei Municipal nº 10.506, de 5 de agosto de 2008, quando, Ver. Bernardino Vendruscolo, V. Exa. já era Vereador, estava aqui na Casa, e eu, naquele momento, não estava. Pelo título, por si só, dificilmente, Ver. Cassio, estará escrito nessa lei alguma coisa com a qual podemos ter discussão, na medida em que sabemos que o uso racional da água é uma imposição, hoje, de bom senso no mundo inteiro. Disse bem o autor da Indicação que os programas hoje vivenciados no centro do País, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, agravam a necessidade de uma reavaliação do uso da água.

O que eu queria, Ver. Sgarbossa, dizer a V. Exa., e isto eu digo mais fortemente para o Ver. Valter Nagelstein, que será o Secretário Municipal de Urbanismo. Leiam bem o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre e nele encontrarão os mecanismos para promover o incentivo para a aplicação desses conceitos. E eu sei que hoje já existem vários empreendedores que, inteligentemente, desenvolvem, em seus projetos, programas ou mecanismos pelos quais o reaproveitamento da água, até mesmo a coletada pelo esgoto, é realizado. Isso traz benefícios de economicidade, mas, sobretudo, de engajamento nessa ideia de uso racional da água que, ainda aqui no Rio Grande do Sul e, especialmente, em Porto Alegre que são cercados de água por todos os lados, não é nenhum drama como... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...como é em São Paulo, mas que nós, por termos em abundância, não quer dizer que vamos estabelecer como normal a prática do desperdício. O DMAE, já no passado, quando o Prefeito era o nosso ex-colega João Dib, e o Wilson Guinatti era o Diretor-Geral do DMAE, fez programas de combate ao desperdício com grandes resultados, onde a economicidade se junta à racionalidade.

Por isso, em que pese esses comentários, eu achava que teria que ter mais elementos dentro do projeto, mas não impede que eu traga o meu apoio amplo e irrestrito à aprovação dessa Indicação. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 062/14.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, futuro: uma palavra curta que quer dizer muita coisa. Podemos discorrer a respeito do futuro do Planeta, do nosso País, da nossa Cidade, mas, infelizmente, essa palavra não está de forma alguma dissociada do ambiente natural em que vivemos. Existe uma palavra maior do que futuro e que está ligada diretamente ao que nós teremos aí à frente, que é sustentabilidade. Essa palavra aparece em todos os programas de governos, todos, em muitas promessas em campanhas eleitorais. Mas, infelizmente, em termos de sustentabilidade - no que rege a palavra, no que ela significa -, pouco é feito.

Em Porto Alegre, com relação à sustentabilidade, à uma cidade sustentável, deveríamos nos preocupar, ou pelo menos, deveria ser preocupação do nosso Executivo, com toda e qualquer forma de atividade humana que tem algum impacto, para que esse impacto seja minimizado.

Esse projeto vem exatamente ao encontro a essa palavra: sustentabilidade. O aproveitamento das águas é fundamental e necessário. E a crise hídrica de São Paulo espelha muito bem a importância do cuidado com a água para o futuro da nossa Cidade.

Tudo bem, o Lago Guaíba não é um sistema de água de contenção, não é um represamento; é um manancial natural, e nisso nós somos muito favorecidos pela natureza, mas ele é finito. A expansão da população e o crescimento da nossa Cidade requerem também o aumento da demanda de água. Precisamos, o quanto antes, ter cuidado para não termos esse problema futuramente. Nossos filhos, netos, bisnetos, certamente, vão precisar economizar, cada vez mais do que a nossa geração.

Eu me somo a ti, Marcelo, nessa luta. Como professor e biólogo, vejo imprescindível a luta por um ambiente natural melhor. Acho louvável também o teu projeto, mas destaco que a gente está muito aquém do necessário. A água é importante, sim, mas o que me preocupa, enormemente, é a questão do lixo domiciliar. Porto Alegre trata o lixo como lixo, refugo, prestes a ser descartado. Nós gastamos uma fortuna anual, a nossa Cidade, o nosso bolso gasta uma fortuna para que o nosso lixo seja coletado, levado até a unidade de transbordo na Lomba do Pinheiro, e, depois, encaminhado até Minas do Leão, no aterro sanitário. Porto Alegre, simplesmente, descarta, sem cuidado algum, toneladas de

---

lixo por dia. Esse lixo poderia ser utilizado como fonte de riqueza. É notório que boa parte da população, não consciente, ainda não faz a triagem do lixo domiciliar. E muito do que poderia ser aproveitado nas unidades de reciclagem, nos galpões de reciclagem, vai para o lixo comum. Campanhas de conscientização da população não aparecem, ou, quando aparecem, são esporádicas. Esse deve ser um cuidado constante. As escolas deveriam ser um veículo. Então, como diretriz para a Secretaria Municipal de Educação, eu acredito que um contato direto e projetos em todas as escolas já seriam um primeiro passo.

Outra coisa, nós poderíamos utilizar boa parte desse lixo, pelo menos o lixo orgânico, para utilização de compostagem. Para a prefeitura fazer a manutenção de suas praças, de suas arvorezinhas deve gastar uma boa quantia anual com fertilizantes. Nós temos fertilizantes de sobra, é só aproveitar de forma racional e consciente os resíduos que saem dos nossos domicílios. Fazendo isso, economizamos dinheiro, garantimos uma Cidade ecologicamente correta e melhoramos o nosso futuro. Um abraço e boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**A Sra. Fernanda Melchionna:** Sr. Presidente, eu quero fazer um registro: agora, na tarde de hoje, aconteceu um curto-circuito nos fios da aldeia indígena do povo Charrua; nos acompanha aqui o Sergio e a Cacica Acuab. Nós estamos muito preocupados com a situação. Primeiro, as obras intermináveis que já eram para estar prontas no dia 7 de fevereiro, e eu tenho fotos aqui da situação. Hoje um dos caminhões, na obra, bateu nos fios de alta-tensão, deu um curto-circuito. A CEEE já esteve lá e retirou o material, mas nós estamos muito preocupados com a imediata reinstalação da rede de energia elétrica em função da qualidade de vida dos idosos, das crianças e da comunidade.

Então, estou fazendo esse registro para trazer essa informação à Casa. Nós, neste mandato, já estamos pressionando, entrando em contato com os órgãos, inclusive com a CEEE. Ao mesmo tempo, trazemos a nossa solidariedade ao povo Charrua diante dessa situação inaceitável de descaso. Por um lado, a obra pública que já deveria estar pronta e não está e, ao mesmo tempo, essa situação gravíssima da falta de luz. Ainda bem que o curto-circuito não fez feridos, mas é uma situação muito grave que o povo está passando neste momento.

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Está feito o registro, Ver.<sup>a</sup> Fernanda. O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 062/14.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, a proposta do projeto de lei do colega Ver. Marcelo Sgarbossa é extremamente meritória, extremamente importante e atual. Agora, na verdade, Marcelo, se as leis que nós já aprovamos, se os decretos que já existem estivessem sendo aplicados, até seria dispensável essa sua lei. Então a importância dela é porque há uma lacuna entre a lei, que nós aqui aprovamos, e a prática. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda veio aqui, há pouco, trazer o pedido lá da aldeia Charrua, na Lomba do Pinheiro. Lá na aldeia Charrua há uma nascente que é do arroio Lami. Então essa ação da urbanização e da estruturação vem proteger justamente um dos arroios. E o que diz a lei que foi aprovada em 2008 e o decreto que foi emitido em 2009? E aqui nós temos dois Secretários que estavam lá, que foram responsáveis pela elaboração do decreto: o Professor Garcia, que estava na Secretaria do Meio Ambiente, e o Márcio Bins Ely, que estava na Secretaria do Planejamento. Então, com os dois colegas e os demais, nós poderíamos inclusive convidar esse grupo de trabalho que foi formado, Marcelo, para prestar aqui os resultados práticos que nós temos tido em relação a um melhor aproveitamento ou reaproveitamento das águas. Porque nós vivemos em um manancial hídrico com uma importância fantástica e não nos damos conta de quanto nós destruimos as águas. Há alguns anos, tive a oportunidade de estar em Lima, no Peru, uma cidade em que não chove nunca. Então, será que alguém de nós, Ver.<sup>a</sup> Mônica, pode imaginar viver em uma cidade em que nunca chove? Nós não temos essa compreensão. E quero aproveitar para fazer aqui duas ou três observações. A primeira delas é a seguinte: nós aprovamos, e o Município gastou R\$ 850 milhões no Socioambiental, que não atingiu as metas previstas. As águas continuam poluídas aqui no arroio Dilúvio; continuam poluindo o arroio Manecão, continuam poluindo o arroio Guabiroba, que sai no centro da praia de Ipanema, o arroio Capivara. E, há poucos dias, a imprensa noticiou que o Lami, Belém Novo e Ipanema estavam impróprios para o banho – praias que já foram entregues há 16 anos com a propriedade de balneabilidade. Por que isso está acontecendo se tem muito dinheiro aplicado no Socioambiental? Na semana passada, o Prefeito fez um evento aqui no arroio Dilúvio para tratar de uma nova campanha de despoluição desse arroio. É meritória uma campanha, mas nós não queremos campanha; nós queremos o resultado

---

---

efetivo de um investimento magnífico que foi feito na cidade de Porto Alegre. E aí eu quero dizer o seguinte: eu vim a esta tribuna e fiz uma denúncia, Ver. Nereu, quando o Socioambiental estava lá na Restinga. O que é que fizeram lá? Um grande erro de engenharia! Substituíram toda a rede da Restinga da planta original e não colocaram tratamento nas vilas irregulares do entorno. Então, as águas continuam caindo poluídas lá no arroio do Salso. Sobre isso, alguém tem que vir a esta Casa prestar contas. Então, eu quero aqui dizer que o projeto é meritório para que nós possamos fazer esses debates. Vejam o que está acontecendo agora em São Paulo. Por falta de um planejamento estratégico do governo daquele Estado, São Paulo está se tornando uma cidade urbanisticamente inviável pela falta de água. É inconcebível nós imaginarmos uma cidade da grandeza de São Paulo parar pelo problema da falta de água, que é um problema de gestão!

Para concluir, Sr. Presidente, ontem eu assisti a um programa de Jundiaí, que fica ao lado ali. Jundiaí fez todo um trabalho lá em 1995 e está, hoje, exportando água para as cidades vizinhas – como Campinas, entre outras – porque fez um manejo hídrico. Se nós pegarmos a bacia do Guaíba, o rio dos Sinos, o rio Gravataí, o arroio Dilúvio, o Capivara, o arroio Lami, todos eles estão poluídos acima daquela previsibilidade que temos. Então, quero dizer que é oportuno o projeto que o senhor traz para que possamos fazer esse debate e cobrar os resultados efetivos dos grandes investimentos que foram feitos em Porto Alegre. Foram R\$ 850 milhões para despoluir o Guaíba, mas a poluição continua correndo para o rio. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Professor Garcia está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 062/14.

**O SR. PROFESSOR GARCIA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; na realidade, Ver. Marcelo Sgarbosssa, não é um projeto de lei, é uma indicação. Já existe uma lei, já existe a regulamentação da lei, o que falta é criar políticas públicas para aplicabilidade. No meu entendimento, a política pública pode se dar de forma que as construções sustentáveis tenham uma diferenciação no IPTU; caso contrário, fica muito difícil. Eu, na minha casa, utilizo o reaproveitamento para a piscina, minha piscina é

---

coberta. Fiz um encanamento para, depois de vaziar água por cinco, dez minutos, utilizar esse processo. Mais do que nunca, é necessário isso porque a água é finita.

Porto Alegre já tem algumas vantagens na lei. Nós tivemos aqui, durante alguns mandatos, o Ver. Beto Moesch, que cuidou, com muito zelo e carinho, desses temas. Por exemplo: em Porto Alegre, todos os terrenos têm que ter uma área permeável, porque, senão, a tendência é não ter mais nada! Hoje, a discussão sobre as árvores nos terrenos faz com que o proprietário, muitas vezes, tenha medo de ter alguma vegetação dentro do seu território – vou usar esse termo – porque ele não sabe se, daqui a um pouquinho, vai poder construir ou não.

Então, eu acredito que a indicação serve mais para uma reflexão – eu vou votar a favor –, mas, na realidade, é uma indicação. Quero dizer que já existe lei, existe regulamentação, e o que foi colocado antes aqui pelo colega Comassetto não é específico, ele só aproveitou para falar. Temos ainda problemas, sim, em relação ao PISA – Programa Integrado Socioambiental –, pois algumas coisas não foram feitas na totalidade para devolver a balneabilidade ao Guaíba. E é isso o que se busca: devolver o Guaíba para a população poder usufruir.

Alguns empreendimentos já têm projetos sustentáveis. Existe um empreendedor em Porto Alegre, posso dar o nome, Joal Teitelbaum, que é um especialista em projetos sustentáveis. Ele mesmo coloca que os seus prédios são de 20 a 30% mais caros, mas quem compra, primeiro, tem a garantia e a satisfação de dizer que mora em um lugar sustentável, e, ao longo do tempo, se paga porque tem economicidade. E o ser humano raciocina muito com o bolso. São Paulo está mudando um pouco, o Rio de Janeiro está mudando um pouco, porque notaram que não adianta ter o dinheiro no bolso e não ter aquilo que mais busca, que é a água.

Nós, aqui, ainda temos um manancial muito grande, mas é importante dizer que isso é finito. Então, quero parabenizar o Vereador por trazer a discussão a esta Casa, mas é apenas uma indicação, porque, volto a dizer, tem uma lei e tem um decreto, o qual eu tive a oportunidade de assinar por estar, naquele momento, como Secretário Municipal do Meio Ambiente. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)



---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 062/14, pelo Governo.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Ver. Cláudio Janta, às vezes as coisas são ditas aqui, e eu tenho certeza de que não é por desconhecimento. Então, quero fazer uma defesa do Governo, já que uso o tempo do Governo, que é uma defesa de valores pelos quais lutamos ao longo desses últimos anos. A obra mais importante que foi feita em Porto Alegre nos últimos 15 ou 20 anos, quiçá na história da Cidade, foi o Socioambiental. Não deveria ser preciso falar, nem lembrar, mas vamos lá!

A primeira coisa é a coragem de um governante porque, no mais das vezes, se sabe, é lugar-comum na política, que governante não quer fazer obra de canalização, de esgoto. Tanto que a maior parte das cidades brasileiras não tem infraestrutura para tratamento de esgoto. Enterrar cano – todo mundo diz – não dá voto! Então, quando um gestor, quando um administrador público se dispõe a pegar esses recursos e colocar em saneamento básico – o que é, em última análise, saúde para a população –, nós precisamos reconhecer e louvar isso, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Nós temos que fazer aqui honras ao Prefeito José Fogaça e ao Prefeito José Fortunati, porque eles enfrentaram esse problema. Eles construíram um sistema que retirou Porto Alegre da idade medieval, que nos foi legado pela Administração do PT, nos seus 16 anos, e a trouxe para uma era mais próxima da modernidade, ou da civilização. Nós tínhamos, aqui em Porto Alegre, os Vereadores lembram, 27% do esgoto da Cidade tratado. Não chegava a 30% o esgoto tratado. O Socioambiental se propõe a elevar para 80% o esgoto tratado. A primeira parte, que era a mais difícil, já foi feita. Ele não está pronto na sua totalidade, é verdade, mas a BR-101, do Governo Federal, também não está pronta! As obras do Minha Casa, Minha Vida e 80% do PAC não estão prontos, Ver. Sgarbossa! Nós queremos concluir isso porque sabemos que é importante para as cidades, para o Brasil. Então, na questão do Socioambiental, vou repetir, o que era mais importante foi feito. O maior atraso do Socioambiental se deveu à Fepam, ao Governo do Tarso. O maior atraso do Socioambiental... Porque já estava pronto, e a Fepam não liberava, pois dizia que tinha sido feito com um quilômetro a menos do que aquilo que estava proposto. Foi feito com um quilômetro a menos porque o Governo fez o tratamento terciário dos dejetos, e antes era o tratamento secundário! O terciário é uma água quase limpa, muito diferente de uma

---

---

água de esgoto, que era jogada direto do esgoto, Ver. Kevin Krieger. Agora, se o arroio Dilúvio continua poluído, é um problema nosso, de nós todos de Porto Alegre, mas também é um problema de Viamão. Se o rio dos Sinos continua poluído, é um problema que ataca Porto Alegre, mas é um problema que começa lá em São Leopoldo. Se o rio Gravataí está poluído, é um problema que ataca Porto Alegre, mas passa por todo o curso do rio Gravataí. Então, é fácil dizer que os arroios estão poluídos ainda. É claro, qualquer um de nós hoje, infelizmente, está contribuindo para isso, porque a visão da sociedade brasileira – diferentemente da visão dos indígenas –, a nossa visão – *mea culpa* –, a visão do homem branco, da nossa pretensa civilização desenvolvida é que transformou os nossos mananciais hídricos em esgotos, em cloacas. Mas a Europa acordou para isso há 50 anos. Churchill disse há 50 anos que quem caísse no Tâmis não morreria, se decomporia tamanho era o volume de poluição química, industrial e doméstica que tinha no Tâmis. Hoje é um rio que foi saneado, Presidente! Vai demorar? Sim! Mas nós avançamos muito em Porto Alegre. Nós avançamos; e, agora, o que nós temos que fazer? A separação completa do esgoto, estamos trabalhando para isso, é difícil, é complicado. Envolve que as pessoas, que o cidadão tenha disposição de fazer essa obra na sua casa, quebrar a sua calçada, separar o esgoto cloacal do esgoto pluvial. Então, as pessoas têm que fazer, não depende só da Prefeitura. Limpar os arroios: a gente vai com o DMLU ali no arroio, Kevin, limpa hoje e, amanhã, já tem um sofá atirado lá dentro! Depende só da Prefeitura? Claro que não! E assim vai: O arroio Cavalhada, a sanga da Morte, qualquer um deles. É um dever nosso. Agora, para além de tudo isso, desconhecer que o Programa Socioambiental é a principal obra que já foi feita em favor do Guaíba? Não vamos esquecer que o Guaíba é um lago e que recebe contribuições dos rios Gravataí, Jacuí, do Rio dos Sinos; uma série de rios, acho que são sete os rios que contribuem – toda a poluição de Porto Alegre e da Região Metropolitana! Nunca tinha sido feito um investimento dessa natureza, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Todo aquele emissário submarino! A Presidente Dilma esteve aqui – eu estava lá, o Ver. Comassetto estava lá – na inauguração da ETE da Serraria. Nós construímos a maior estação de tratamento de esgotos. Nesses últimos governos nós fizemos, ali no Sarandi – quem sai pela *freeway*, perto da Coca-Cola, vai enxergar; quem vai lá na Serraria, a ETA e a ETE da Zona Sul... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então, o Governo tem feito isso, e acho que é importante,

---

---

para além das nossas divergências políticas, pelo menos a gente ter capacidade de entender onde e para onde as coisas estão avançando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 062/14, pela oposição.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Obrigado, Sr. Presidente; obrigado Marcelo Sgarbossa, autor do projeto, por trazer esse debate. Eu volto a falar o que disse há pouco: sempre gosto do debate quando é desprovido de prepotência e arrogância. Creio que este é um tema magnífico para que possamos analisar tudo que avançou, e até me referi aos dois colegas Secretários que assinaram o decreto em 2009, sugerindo que convidem a comissão para vir aqui, para que nós possamos analisar o que se efetivou. Na verdade, não precisaria dessa lei que estamos discutindo se tudo tivesse acontecido conforme a lei que nós, em 2008, votamos e aprovamos. Agora, vir aqui querer dizer que o Socioambiental foi uma obra do Fogaça, é o absurdo da falta de reconhecimento de um trabalho que foi a gestão do PT que construiu. Está cedido a esta Casa o Engenheiro Duguay, que foi quem coordenou todo o projeto do PISA. Lá em 2002, na Serraria, houve uma audiência pública que aprovou todo recurso e toda estrutura. Sempre defendi e defendo que os programas e projetos têm que ter continuidade administrativa, independente de quem venha suceder na gestão. Agora quero comentar sobre o Socioambiental, que foi mudado no meio do caminho e mudado para pior - quero fazer esse debate. Quero, Ver. Valter - que estão dizendo que vai para a Secretaria de Planejamento -, que o senhor traga para esta Casa o que está dito aqui no decreto e que é de responsabilidade da SMURB, respondendo à Cidade, sobre o controle da ocupação urbana, a coleta e o tratamento do esgoto. O tratamento está sendo feito; agora, a coleta está sendo feita de forma equivocada, segundo o Socioambiental. Faço este debate com qualquer comunidade. Nas gestões do PT, a balneabilidade do Lami existia, mas por que há placas durante toda a gestão Fogaça/Fortunati/Melo dizendo que não se pode tomar banho no Lami? Porque está poluído! Por que não se pode tomar banho em Belém Novo? Está poluído! Não pode tomar banho em Ipanema porque está poluído. Isso apesar de todo o investimento de R\$ 850 milhões que foi feito no Socioambiental. Vamos

---

---

aqui no Arroio Dilúvio verificar a podridão que está aquela água; o Socioambiental foi feito para coletar os esgotos, para fazer o tratamento dos esgotos. Volto a dizer aqui, Ver. Pujol, e o senhor foi um dos construtores da Restinga, que teve na planta original o separador da coleta de esgoto, nasceu com isso, inclusive com uma pequena estação de tratamento, mas todas as comunidades que se constituíram no entorno não têm esse mesmo tratamento. O que fez o Socioambiental na gestão do Fogaça? Foi lá e quebrou toda a Restinga, substituindo aquela tubulação que foi feita lá na gestão do Pujol, e deixou todas as vilas do entorno sem a coleta de esgoto e sem o tratamento - isso é uma injustiça social, é um investimento malfeito do recurso público. E está lá na Restinga! Assim como aquela obra do camelódromo malfeita que está lá e com recurso público - teria que ter sido inaugurada e nunca foi explicada. O dinheiro foi gasto, malgasto diga-se de passagem. É isso que nós temos que debater. São recursos públicos.

O Socioambiental é um belíssimo projeto, um excelente projeto – e eu cumprimento, sim, o Fogaça e o Fortunati por darem continuidade –, agora nós precisamos fiscalizar aquilo que está malfeito. E a coleta de esgoto através do Socioambiental está aquém do projeto original, porque as 750 vilas irregulares da cidade de Porto Alegre não estão tendo a coleta. E eu falei aqui da Restinga porque é clássico. Vamos convidar o Socioambiental para vir aqui e mostrar quais foram as comunidades do entorno da Restinga – tem o dobro de comunidades hoje com relação à planta original – onde são coletados os esgotos e levados para a estação de tratamento e que não estão poluindo o Arroio do Salso.

O Delegado Cleiton, como Presidente da CUTHAB, está devendo para a comunidade que veio aqui o reassentamento do Arroio Capivara. Porque foi o Delegado Cleiton que coordenou a reunião da comunidade. E a comunidade cobra... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então, Sr. Presidente, quero agradecer a atenção dos colegas para o debate e dizer que um projeto como esse é fantástico porque nos faz refletir.

E eu já deixo aqui o indicativo – e o Ver. Professor Garcia tem concordância – de convidarmos essa Comissão que foi criada para prestar contas a esta Casa do que realmente se efetivou a partir da aprovação dessa lei. Um grande abraço! Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, a Indicação nº 062/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

**APROVADO** por 22 votos **SIM**.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Encaminho à Mesa, logo a seguir; os fundamentos do meu voto favorável estão no pronunciamento que no encaminhamento realizei. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Está feito o registro, Ver. Pujol.

Em votação o Requerimento nº 110/14. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Requerimento do Ver. Delegado Cleiton que requer moção de solidariedade aos aprovados em concurso da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe, do Estado do Rio Grande do Sul, que aguardam nomeação e chamamento, precisa ser entendida na sua inteireza. É lógico que somos solidários com quem foi aprovado num concurso público, louvamos o esforço de quem buscou, através de um preparo prévio, se qualificar para exercer uma atividade absolutamente relevante, como é a de agente penitenciário, hoje altamente disciplinada na medida em que se exige, entre outras coisas, que os agentes penitenciários tenham uma formação profissional de nível superior, o que lhes dá uma condição muito especial e muito qualificada. É que o mais importante do requerimento do Vereador signatário é a última palavra: chamamento. Claro que todos nós somos solidários com a aprovação; agora, o grande problema, e esse seguramente é o objetivo maior da proposta, é o chamamento, que as pessoas que foram aprovadas aguardam, têm a expectativa de serem aproveitadas na atividade para a qual se candidataram e lograram êxito na sua classificação para poderem exercer efetivamente essa profissão e realizar esse trabalho.

Nós somos a favor do chamamento? Somos também; agora, temos um problema que nós apenas temos recomendações. O Governador do Estado, além de fazer recomendações, tem que tomar decisões e inclusive pagar o salário dos funcionários. Sei que o grande

---

drama do Governador Sartori hoje é conseguir recurso para pagar o que já tem. Além de pagar o que já tem, ele vai ter que pagar mais, porque vai ter que nomear, com certeza, esses agentes penitenciários – há necessidade; há necessidade de professores, terá de nomear professores, enfim, há uma série de carências na Administração Pública estadual que ficaram assim. Esses concursos, por exemplo, foram realizados na undécima hora, as designações foram feitas tardiamente, e, agora, então, se busca saber quanto nós vamos precisar para nomear esse pessoal e pagá-los no fim do mês. Não adianta querer nomear as pessoas para depois não pagá-las. Não adianta entrarmos nessa situação, como foi feito até bem pouco tempo, em que se tomava o compromisso, e, depois, deixava para o governo posterior pagar aquilo que havia sido realizado.

É evidente, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, que eu vou votar a favor do requerimento do Vereador signatário, diligente Delegado Cleiton. Mas se impunha que eu trouxesse a esta tribuna o reconhecimento à saia justa, às dificuldades que o Governador Sartori está vivendo.

E eu complementaria a reivindicação do Ver. Delegado Cleiton, se fosse possível, por emenda, e que não é; em requerimento dessa ordem, eu diria não só chamar os aprovados, empossá-los, e, no final do mês, pagar os seus salários. Esta está sendo a maior dificuldade do Governo atual: pagar os servidores estaduais. E há um risco muito forte de que se tenha, em curto prazo, dificuldades para honrar os pagamentos dos servidores que hoje estão labutando. Mais seria se outros tantos viessem a ser convocados.

Queira Deus que, com a brevidade devida, o Governador Sartori possa superar essas dificuldades, promover o chamamento desse pessoal, empossá-los para que eles prestem serviços à sociedade, através da atividade para a qual eles foram devidamente concursados, e, depois que tudo ocorra, pague com a pontualidade no final de cada mês. Essa é a minha colocação, esse é o meu voto por antecipação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14.



---

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é evidente que nós vamos aqui apoiar a solidariedade aos concursados da Susepe, porque nós entendemos que não é possível que um gestor em qualquer Estado da Federação ou cidade, se resigne a não ter recursos, a não investir em política pública. Não tem recursos, não nomeia. Não tem recursos, não faz. Eu, infelizmente, entendi esse tom do Secretário de Segurança; ouvi, Ver. Delegado Cleiton, a entrevista que o Secretário de Segurança deu na rádio Bandeirantes, e diante de um quadro gravíssimo de segurança – sempre grave –, essa resignação à condição e à incapacidade de receita de orçamento é muito ruim, ela é nefasta para o povo gaúcho.

Eu quero lembrar que quando nós recebemos o Estado, na área da Segurança o Rio Grande do Sul pagava o pior salário básico para os policiais militares do País. Soldados e Oficiais da Brigada Militar estavam sem aumento real durante toda a gestão anterior. A defasagem era mais de 13 mil servidores na Brigada Militar; na Polícia Civil faltavam mais de 2 mil servidores; no sistema prisional, os déficits de vagas para presos chegou a 11 mil em 2009. Esse era o quadro, esse era o diagnóstico quando o Tarso assumiu o Governo do Estado, o diagnóstico simplificado. Nesses quatro anos, o Governador Tarso não parou de investir, de nomear, de fazer concurso; construiu uma recuperação salarial sem igual, mais de 100% de reajuste salarial aos funcionários; construiu, mediou com as categorias, com as representações. Se na Segurança resultam ali na ponta assassinatos, roubos, violência, violência contra a mulher – é essa a opção que o Governo faz, temos que ver qual é a receita –, imaginem num grau crescente de violência, infelizmente, no estado bélico, um país violento que nós ainda não conseguimos debelar, e reconhecemos a dificuldade, o resultado de uma opção como essa. Mas eu quero falar da gestão de forma geral, porque, se fizer na Educação o que está sendo anunciado... E aí é o jornal Zero Hora dando conta da falta de milhares de professores para o início do ano letivo, porque não houve uma nomeação. Nós fizemos dois concursos; no primeiro, nomeamos todos os aprovados, e, no segundo, fomos nomeando gradativamente. E o Estado nunca nadou em facilidades orçamentárias, sempre com dificuldades. A opção do Governador Tarso foi buscar recursos fora, no Governo Federal, nos bancos internacionais, para fazer investimentos e utilizar a folha, utilizar o orçamento próprio para valorizar servidores e para suprir cargos de pessoal. Poderia aqui elencar a quantidade de professores nomeados: mais de 10 mil professores nomeados, 31 mil professores especialistas

---



---

promovidos. A promoção de professores também não acontecia, o plano de carreira estava completamente desautorizado, desconhecido, porque os professores não seguiam na sua carreira, e assim também na área da segurança.

Então o que eu quero dizer, senhores, apesar de eu não ter avaliação sobre o Secretário de Segurança, é que, com a opção de colocar um político, uma equipe que não domina, que não tem criatividade, eu não vejo uma proposta de aumento de receita, de reequilíbrio de contas para o Estado, apesar da sua situação, continuar investindo. É muito importante, é possível, porque o Estado tem mil possibilidades, tem que repactuar com a sociedade gaúcha. Estamos no segundo mês do Governo Sartori e, lamentavelmente, o que a gente vê é: resigne-se a política pública ao que tiver de receita – e isso é um desastre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14, como autor.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu confesso que faria a defesa dessa moção, até porque é algo que nós todos desejamos, não só Porto Alegre, mas todo o Rio Grande do Sul; mas me senti obrigado a subir a esta tribuna, senhores, até para esclarecer alguns pontos. Essa Moção em favor da Susepe é um pedido que fiz no final do Governo passado. Este ano fizemos outro pedido para os 600 e poucos policiais civis, para os mil e poucos brigadianos, para um número “x” do IGP e para a Susepe, para que seja incluída no Governo atual a priorização igual a da saúde e da educação. Creio que o Governo tem que rever essa priorização e colocar a Segurança pública como fator primordial para uma administração; por isso, esses pedidos para a Susepe e para a Polícia Civil no ano passado. Infelizmente eu peço, porque não é uma política de Estado, mas, sim, de Governo. Assim eu tenho que fazer essa moção sempre que entra um novo governo. Vou repetir: essa moção não foi feita agora; Ver.<sup>a</sup> Mônica, a senhora tanto bateu no ano passado para o reforço no IGP e na Susepe, e foi feito naquele Governo. Com argumentos diferentes, nós defendemos algumas questões da Segurança pública. Sei que a senhora faz essa defesa como fazia o seu pai que sempre

---

foi um defensor da Segurança pública. Falo aqui em nome da Associação dos Delegados que sempre teve apoio do seu pai, mas foi feito no Governo passado.

Enquanto não houver política de Estado em torno da Segurança pública nós estaremos enxugando gelo, como dizem alguns policiais, infelizmente. A polícia civil tem feito nos dois, três últimos Governos um trabalho excelente no combate ao crime, assim como a Brigada. Até vou abrir um parêntese, senhores: hoje eu vi uma postagem, dizendo que a Secretaria de Segurança Pública tem 92 policiais militares, cerca de 12 ou 13 tenentes-coronéis, não sei quantos majores, capitães, que estão trabalhando. Eu até acho que seria mais digno - é uma opinião de quem está fora, mas que luta por uma segurança pública mais digna - que esses senhores, na sua maioria, estivessem na rua, combatendo o crime, não dentro de um gabinete. Isso foi um parêntese. Então, peço aos senhores que votem nessa Moção, e a próxima Moção que já foi encaminhada, que é para os servidores da Polícia Civil, do IGP e da Brigada Militar. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Obrigado, Presidente. Ver. Janta, eu não pulei o carnaval, então, cheguei com toda a carga hoje aqui, e estou com toda a carga para o ano de 2015.

Eu quero cumprimentar o Ver. Delegado Cleiton e dizer que, sim, concordo que o tema da Segurança pública é um dos temas prioritários da sociedade brasileira. Mas eu tenho algumas pequenas divergências com as falas daqueles que me antecederam. A primeira fala é que a eleição terminou em outubro, Professor Garcia. O Governo do Comasseto e da Ver.<sup>a</sup> Sofia foi julgado pelas urnas. Não adianta vir aqui e ficar falando que fez isso e aquilo, porque não fez nada! Não fez nada! Talvez um dos piores governos, senão o pior governo da história do Rio grande do Sul. Em todos os segmentos, Ver.<sup>a</sup> Sofia! Em todos os segmentos.

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

---

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** A senhora está dizendo a Segurança pública do seu governo teve os menores investimentos percentuais na história do Rio Grande, talvez desde Júlio de Castilhos. Vocês investiram uma média de 5,5% do Orçamento do Estado em Segurança pública, e a senhora vem dizer que deram aumento!? Mas, me perdoe! Deram aumento para 2018, para os próximos pagar! Vem aqui na tribuna dizer que deram aumento para os outros pagar, para fazer cumprimento com chapéu alheio - tem gente que é especialista nisso, Bernardino!

Eu, de novo, não tenho dúvidas que o tema da Segurança pública é um dos mais importantes e que mais diretamente nos afeta no dia a dia. Mas, por favor, não venha um roto falar do descosido! Aqueles que não fizeram nada veem aqui para se arvorar de donos da verdade!

Delegado Cleiton, sobre o sistema prisional que o senhor está chamando atenção, o ex-Governador Tarso Genro, ao longo dos seus quatro anos, não conseguiu fazer um presídio novo no Rio Grande do Sul. Ele deixou dois presídios semiprontos, um de Canoas e outro de Venâncio Aires. Dois! Mas não conseguiu concluir, Ver. Thiago! O senhor que é do IGP, que faz perícias sabe da penúria em que se trabalha: não tem condição de fazer uma investigação científica sobre crime nenhum! Sobre crime, absolutamente, nenhum!

Esse déficit, que estão falando, da Brigada Militar e da Segurança pública, no último mês, eles tentaram trazer brigadianos do Interior para nos engabelar e botar brigadianos nas esquinas, como se a população do Rio Grande do Sul fosse boba! E nos entregaram um rombo que não tem tamanho na história deste Estado! Cinco bilhões, dizem uns, Ver. Reginaldo Pujol; sete bilhões, dizem outras fontes, mas não importa, o tamanho é enorme. E acabou a fonte de financiamento: não serve mais recursos dos depósitos judiciais, não tem como fazer aumento de imposto. Quando a gente está sem dinheiro em casa, o que a gente faz? Vou falar uma coisa aqui que já é enxovalhada. Eu consumo um determinado produto, eu vou comer a carne de primeira: alcatra, colchão de dentro, filé *mignon*, mas se o dinheiro encurta, vai para um guisado de segunda. Eu compro só uma determinada marca, mas, se o dinheiro encurta, compra uma marca mais barata. E aí vem a Ver.<sup>a</sup> Sofia dizer aqui que nós temos que continuar botando e fazendo... Mas de onde vai tirar dinheiro se não tem dinheiro para pagar?

---

Então, tem que pensar alternativas, uma delas que esse pessoal não admite, por exemplo, e que funciona muito bem em muitos lugares do mundo, é presídio privado! Por que não se pode ter certas experiências, Ver. Cecchim, de presídios privados? Tem em vários lugares. Nós não estamos entregando a administração da Justiça que continua sendo monopólio estatal, nós não estamos entregando o transporte do preso da porta da cadeia até o Fórum, que continua sendo estatal, mas a hotelaria do presídio, porque é mais do que sabido que os presídios do jeito que estão não cumprem o seu papel, nem de pena, nem de ressocialização, são verdadeiras escolas do crime! Mas tudo isso a gente já sabe. Agora, o que a gente sabe mesmo é que se alguém não tem autoridade para falar sobre Segurança pública ou sobre Governo, é esse pessoal do PT aqui, que fizeram a república dos CCs, que aumentaram em 700% os CCs que tinham no Governo do Estado, que gastaram um dinheiro que não era deles e que, agora, estão cobrando do Governador Sartori, que faz menos de dois meses que assumiu o Governo do Estado. O Sartori assumiu faz dois meses ou menos, Ver.<sup>a</sup> Sofia. E a senhora está cobrando? A senhora que representa um Governador que teve quatro anos para fazer e não fez!

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Como foi muito bem, Ver.<sup>a</sup> Sofia?! Então em que mundo a senhora está vivendo? Que jornal que a Ver.<sup>a</sup> Sofia lê?! Se todos os dias são latrocínios, crimes e assaltos! Ela não lê jornal então, dizendo que foi muito bem... Foi uma tragédia na área da Segurança pública! Como foi uma tragédia em todas as outras áreas! Mas esse veredito não é meu, Ver.<sup>a</sup> Sofia; esse veredito é do povo! E o veredito do povo é soberano, e o povo derrotou o projeto do PT e escolheu o Governador Sartori, que governa em conjunto com grandes partidos que estão aqui, com o DEM, o PDT, o PP, e assim nós vamos continuar fazendo. E vamos gastar somente aquilo que tivermos condições de gastar, e vamos enfrentar as dificuldades, e vamos buscar medidas alternativas! Se for o caso de presídios privados, sem preconceito, nós vamos fazer presídios privados! Temos que buscar o pessoal da Susepe e valorizar os servidores também, sim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Presidente Mauro Pinheiro, Vereadores, Vereadoras, conversava ali com o nosso colega, Ver. Prof. Alex Fraga, o Marcos e o Rafael sobre esses argumentos que foram trazidos à tribuna pelo Ver. Valter Nagelstein. E me parece que a política do Governo Sartori é oferecer a “carne de segunda”, que foi a expressão utilizada pelo Vereador, não por esta Vereadora, para o povo, porque, para os ricos e para os políticos, seguem os privilégios. Aliás, dois erros nunca fazem um acerto, e os Vereadores do PT sabem de todas as minhas críticas ao Governo Tarso, ao piso salarial que não pagaram ao Magistério, ao problema grave da Segurança pública. Nós estivemos lá no IGP enquanto eu estava Presidente da Comissão de Direitos Humanos, uma vergonha! Um lugar que deveria servir para buscar a investigação e punir homicídios, punir crimes contra a vida, infelizmente, os funcionários trabalham em lugares verdadeiramente insalubres. Agora, isso não pode servir de argumento para que o Sartori faça um Governo igual ou pior, seja na segurança, no não chamamento dos concursados – os policiais civis estavam prontos para assumir o seu cargo, e eles congelaram o chamamento dos policiais civis, dos trabalhadores da Susepe, como bem aponta o Ver. Delegado Cleiton nessa Moção. Congelaram o chamamento dos brigadianos! E todos sabem que o PSOL defende políticas públicas permanentes como forma de reduzir a violência, ou seja, combater a desigualdade social, taxar os ricos e garantir direitos! Mas faltam 14 mil brigadianos no Estado, e eles suspenderam o chamamento desses brigadianos, Ver. Alex! Ao mesmo tempo, em contrapartida, no andar de cima, o festival de privilégios segue alto! Seja a sanção do aumento, que, depois, diante da repercussão, o Governador disse que não vai receber! Mas ele tinha a caneta para vetar o aumento dos deputados! Ele tinha a caneta para vetar o seu próprio aumento, do Vice-Governador e dos Secretários! Ele tinha a caneta para dizer que chega! Que se é para cortar, vamos cortar do bolso dos políticos! Mas não fez! Não fez! Não só não fez, como seguiu com a lógica do loteamento da máquina pública. Também manteve esse decreto de congelamento de pagamentos, que está gerando uma crise na saúde em todo o Estado, uma crise nos repasses da saúde pública, em todo o Estado! Nós temos recebido as denúncias do nosso Presidente do Sindisaúde sobre a quantidade de municípios e de

---

---

hospitais que não têm condições de atender a população! Depois, acomodar a primeira-dama, criando um cargo específico para ela, quando, na verdade, acabaram com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres! Fazem uso de helicópteros locados para questões pessoais, R\$ 13 mil aos cofres públicos!

Então, eu quero deixar uma sugestão, porque muito diferente do que disse o Valter Nagelstein – que insiste em faltar com a verdade nesta tribuna –, nós não defendemos a Coreia do Norte! Nós não defendemos a China, que, aliás, é um capitalismo de estado que tem ajudado a salvar a crise econômica do capitalismo, gerada pelos banqueiros e pelo capital financeiro, e que está sendo repassada para as costas dos trabalhadores no mundo inteiro! Mas nós defendemos governos – é verdade –, como o Governo da Grécia. Então, se é para cortar, vamos cortar os carros oficiais! Vamos fazer como fez o Aléxis Tsipras, um leilão dos 700 carros para financiar as políticas públicas do Governo! Vamos começar cortando as viagens de luxo da classe A! O Presidente da República da Grécia não viaja mais na classe A, ou executiva, ele viaja na classe econômica para economizar o dinheiro do povo grego! Se é para discutir e para ter exemplos de como resolver a questão econômica do Estado, vamos enfrentar o Governo Dilma para renegociar, de fato, a dívida do Estado. Mas é muito fácil não querer se enfrentar com o Governo do qual o PMDB é parte. É muito fácil não querer se enfrentar com os banqueiros e tentar repassar a conta para os trabalhadores. Felizmente, os trabalhadores do Paraná deram um exemplo: garantiram, numa greve histórica, em que o Governo do PSDB, do Beto Richa, mandou um pacote de maldades para a Assembleia Legislativa, retirando licença, retirando vale-alimentação, retirando dinheiro do Fundo de Previdência dos trabalhadores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Uma greve histórica dos professores, dos trabalhadores da saúde, dos trabalhadores da APAE, dos trabalhadores da Universidade, enquanto o Governo tentava votar o regime de urgência na Assembleia, em que deputado governista teve que ir de camburão porque o povo não deixava passar. A mobilização foi gigante, e obrigaram a eles retirarem o projeto. Portanto, a vitória do povo do Paraná também é uma vitória do povo gaúcho. Nós sabemos que esse pacote que estão anunciando é um pacote contra o povo, mas nós temos exemplo de resistência, nós temos exemplo de luta, nós temos exemplo de que a mobilização é o método das grandes transformações. Viva aos trabalhadores do Paraná, viva à resistência!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14, pelo Governo.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que , pelo menos, no Governo Estadual, a oposição aqui da Câmara se une. A oposição ao Governo Fortunati se une aqui na Câmara. Mas tem uma oposição, que foi oposição lá atrás, que continua oposição.

Vejo aqui, Ver. Valter, a Ver.<sup>a</sup> Sofia já dizendo que vai falar pela oposição. Não tem problema, pode falar pela oposição, sim, e deve, porque tem muito o que explicar.

Falar em Segurança pública do Governo Tarso Genro é a mesma coisa que um cristão estar filiado às tropas dos reis. É a mesma coisa. Isso não acontece. Não existiu a segurança pública do Tarso. Ela até existiu: o chefe da segurança do Secretário de Segurança está preso! Está preso porque fazia a segurança do tráfico! Eu não tenho que dar palpite sobre polícia. Eu não tenho que dar palpite sobre polícia, é verdade! Mas eu fico com pena do ex-Secretário de Segurança, que é um homem sério, promotor público. Acho que é sério, porque promotor público o é, mas estava completamente cego porque defendeu o bandido um dia depois do acontecido. E eu imagino que, se ele ouvisse esse bandido – e deve ter ouvido em muitas atividades – dizendo alguma coisa parecida no sentido de não atacar o amigo dele, o outro patrão dele, que era o traficante... A informação saía da Secretaria de Segurança, diretamente do gabinete do Secretário para o banditismo neste Estado – isso é uma vergonha tão grande! Vejam bem que eu não estou acusando nem o Secretário, nem o Governador Tarso. É uma vergonha tão grande para eles, que ele deveria recomendar os seus companheiros de Partido a não tocarem no assunto.

As cadeias do Rio Grande do Sul continuam as mesmas que foram deixadas pela ex-Governadora Yeda, pelo Governador Rigotto, pelo Governador Britto. Continua tudo igual, não fizeram nada. Fizeram uma campanha dizendo que estavam demolindo o Presídio Central, parecia que iam acabar com o quarteirão inteiro, mas colocaram duas maquininhas daquelas “tuc-tuc”, que não desmancham nem muro, nem aqueles muros



---

que o PT coloca nas escolas que o vento derruba; pois aquelas máquinas não derrubavam nem esses muros, e parou a demolição do Presídio Central.

Socorre-me o Ver. Valter Nagelstein dizendo que veio até comida do Presídio para um coquetel aqui na Câmara de Vereadores. Isso era a segurança do Governo PT, que a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon vai defender em seguida, após a minha fala, porque eu a vi se inscrevendo. É difícil mesmo, precisa de muitos tempos para se defender. Precisa de muitos tempos.

Eu acho que não precisa fazer muito para fazer dez vezes mais do que o Tarso fez. Ou seja, se fizer dez, é dez a zero. Porque a segurança do Governo Tarso foi 0,000. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, após os aplausos dos colegas Vereadores, que me deixam lisonjeado, quero dizer o seguinte: estamos votando uma Moção de Solidariedade de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que requer Moção de Solidariedade aos aprovados do Concurso da Superintendência de Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul. Vejam que é um projeto, com todo o respeito, Ver. Delegado Cleiton, muito singelo, mas que gera toda esta discussão, que busca comparações de governos anteriores e os futuros. Então, como eu penso que não há mais inscritos para debater, vou colaborar com o tempo – temos mais cinco projetos para votar –, fico por aqui. Parabéns, Ver. Delegado Cleiton.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, não vou entrar numa polêmica adjetiva. Gostaria que depois fossem contestados os números. Não tenho como comparar hoje o Governo Tarso com o Governo Sartori – nós temos dois

---

meses, é verdade. Quero aqui dizer que, claramente, um governo que diz que não vai gastar mais do que recebe não vai fazer política pública, porque não está disposto, por exemplo, a fazer, no mínimo, um pacto com os altos salários, enfrentar, por exemplo, o fechamento do Tribunal Militar, sugestão da Rosane de Oliveira na “Página 10”, atual “Política +”, que é uma luta antiga do Deputado Raul Pont, que os Deputados da Assembleia, da base do Sartori, não deixam andar; um custo para o Estado inútil, grave, assim como a sanção dos altos salários.

Mas quero comparar, quero dar dados para a população, porque não vale vir aqui dizer que não fez nada, não vale! Daqui a duas semanas começa o tema da mulher, e a Patrulha Maria da Penha, que é uma política nova do Governo Tarso, foi, de fato, o único indicador, porque ninguém vem aqui dizer que se constituiu segurança; segurança pública é algo muito complexo, muito difícil. Em Porto Alegre, nós tivemos quatro Territórios da Paz, onde se colocou muita investigação, muitas horas extras, muita prisão, mas não obtivemos o sucesso que gostaríamos, porque não havia a retaguarda de políticas públicas, a municipalidade sequer se envolveu com os Territórios da Paz de Porto Alegre. E a queixa era a seguinte: “Nós não fomos notificados do que aconteceu”. A Patrulha Maria da Penha conseguiu, nos últimos anos, diminuir muito os casos de violência contra a mulher e mortes de mulheres por violência.

O comparativo possível de fazer, senhores, com todo o respeito ao debate feito aqui, é que no Governo Yeda foram gastos R\$ 2 bilhões anuais, em média, com segurança pública; no Governo Tarso, R\$ 2,5 bilhões. Os reajustes aos policiais: 53% no Governo Yeda; no Governo Tarso, 104% para os soldados da Brigada Militar; 169% para inspetores de polícia; 214% para agentes penitenciários. Eu falei primeiro do diagnóstico, agora vou falar das medidas. Foram contratados 2.800 novos soldados; 104 capitães; 780 agentes de polícia; 815 agentes penitenciários; 64 peritos do IGP. Quero dizer para o Ver. Valter que está pronto o presídio de Canoas, foram contratados funcionários, eles trabalharam todo o mês de dezembro – eu questionei isso no ar –, agora o Sartori tem que encaminhar os presos!

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Mas o presídio está pronto e tem funcionários!

---

Vamos lá, as promoções: foram promovidos 7.700 brigadianos, 5.580 policiais civis, 4.300 agentes penitenciários.

Uma questão importante é a dos homicídios. Nós criamos três delegacias, havia uma delegacia de homicídios em Porto Alegre, hoje temos quatro. Isso significa que, antes, 30% dos homicídios da Capital eram elucidados, e esse indicador subiu para 73%. Ora, quando os homicídios não são elucidados, não se chega aos grupos, aos bandidos. Todos sabemos que não há solução fácil, mas muito foi feito. Até o final de 2014 foram 8.330 vagas novas criadas no sistema prisional, e nós desejamos que isso continue, e sim, que se encerre o Presídio Central. Sim, porque é uma grande escola do crime, é um sistema autônomo de organização do crime, nós sabemos disso. Cinco presídios estão em construção, oito mil e tantas vagas já estão prontas. E houve a criação do Centro Integrado de Comando. Eu encerro, apenas para dar os dados, para não se negar a história: sim, apoiamos a nomeação para os novos funcionários.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores e Vereadoras, pessoas que nos assistem através da TVCâmara, ocupo esta tribuna para cumprimentar meu colega, Ver. Delegado Cleiton, pela Moção. No antigo Governo, que se diz um incentivador da segurança pública, o Governo Tarso Genro, que nomeou 602 agentes... Essa Moção, como bem diz o Ver. Cleiton, entrou no outro Governo, e na minha opinião está correta, justa, porque o Governo que saiu não teve nenhuma prioridade com segurança pública, e vou dizer aos senhores por quê, por um simples motivo - e não sou eu que acordei e resolvi dizer -, está aqui, um dossiê do IGP, Instituto Geral de Perícias, de como foi tratado no Governo Tarso Genro. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna sabe muito bem o que falo, pois visitamos, com a nossa Comissão, da qual ela era presidente, o Instituto Geral de Perícias, a sede do Departamento de Criminalística, que estava em completo descaso por esse Governo que saiu. E sabe qual era o estado, o sucateamento deste prédio? Antes de citar aqui uma a uma dessas situações que enfrentaram o IGP, quero dizer aos senhores que este Departamento trata de perícias. Perícias são capazes

---

---

de elucidar um crime, ou de condenar a pessoa. Ora, senhores, vendo este documento, mais uma vez, que foi entregue em 2013 ao Governo Tarso Genro, ao Secretário Airton Michels, à direção do IGP, ao Departamento de Criminalística, é a prova clara de que o Governo Tarso Genro só priorizou a segurança pública no seu discurso de campanha.

Vamos lá: o prédio não tinha Plano de Prevenção Contra Incêndio, os fios elétricos estavam aparentes, pendurados no meio de corredores e salas, sendo fiação eletrizada. Sabem como eram os fios elétricos? Como varais de roupas. Isso era o Departamento de Criminalística do IGP no Governo Tarso Genro, que diz que investiu em segurança pública. Infiltrações também nas salas. Vamos além: o andar onde se fazia a balística estava completamente improvisado, perto de uma escola, era de alto risco, com umas espumas; se saísse uma bala poderia pegar numa criança. Eu tenho as fotografias aqui para quem quiser olhar.

Os fios se repetiam, as infiltrações também em todo o prédio; as equipes de plantonistas dormiam em quartos com móveis sem condições, paredes mofadas, buracos, vidros trincados, apenas uma porta de saída de emergência para 256 funcionários. Os aparelhos de ar-condicionado antigos não tinham manutenção nenhuma, por falta de verba e gestão. É isso que o Governo Tarso Genro chama de investimento em segurança pública? Ora, senhores, o Departamento de Criminalística do IGP é fundamental para se fazer segurança pública. Não é preciso dizer mais nada!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 110/14.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Delegado Cleiton, que diz que a sua Moção não demoraria, nós íamos só aprovar, nem íamos pedir nominal, mas se prova, nesta discussão, que a Segurança pública realmente, como dizem as pesquisas, está em segundo lugar. Como dizia minha mãe: “Ambos os lados tinham razão”. Agora, quem é o pai da criança, quem constitucionalmente é o responsável não resolve a questão. Eu sou municipalista, mas quem resolve as questões, quem detém 62% do que é arrecadado de impostos neste País, neste Município, hoje - de cada R\$ 100,00 arrecadados aqui em Porto Alegre, R\$ 62,00 foram para a União - é a União! Tem

---

que resolver! A força sindical está chamando a classe média para o dia 10, agora, para fazer um grande ato no Brasil inteiro, porque as políticas do Governo não servem.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia falou nas Unidades de Polícia Pacificadora. Unidade Pacificadora, que tinha um sargento, do meu tamanho, dentro de uma van ou um ônibus, e mais um outro soldado do Interior, que não conhecem as vilas de Porto Alegre, viaturas que não tinham pneu para ser trocado, que não tinham combustível, aí é muito bonito falar. Não estou aqui para defender governo nenhum, eu não sou de governo nenhum, eu não sou de lugar nenhum, como diz o grupo Titãs. Eu estou aqui para lutar pelo povo. Agora, falar de promoções... a gente sabe que foram feitas para os amigos do rei. Eu quero saber quantos brigadianos foram colocados nas ruas. Porque isto vem acontecendo ano após ano: tirando os brigadianos das ruas. Por que não devolvem os brigadianos para as ruas? Eu quero saber por que o Governo Tarso não acabou com o Tribunal, Ver. Fernanda Melchionna? Por que o Governo Tarso não deu exemplo, acabando com o Tribunal Militar? Dá um exemplo, acaba com o Tribunal Militar. Por que o Governo Tarso não deu um exemplo e botou a Polícia realmente a funcionar, porque nós estamos vendo a falência das UPPs. Não adianta bater, se não tiver escola, posto de saúde, transporte coletivo digno, não adianta bater se não tiver ônibus lá na parada de linha. Então, a polícia, ela não é para o trabalhador, a polícia não é para o pobre coitado. O Governo tinha que botar UPP é lá nas fronteiras do Brasil! Lá é que tinha que ter o controle do armamento que entra, lá é que tinha que ter o controle das drogas que entram! E, quando se faz concurso público para cursinho ganhar dinheiro aí, tem que chamar as pessoas sim! Fez concurso para quê? Para ganhar dinheiro? Por que não chamou os concursados? Por que não chamou os policiais civis que fizeram concurso? Por que não chamou os brigadianos? Por que não chamou os agentes da Susepe? Por que não chamou? Deixou para o outro Governador chamar? Deixou o “pepino” para o outro, no linguajar popular.

Eu acho que nós temos que parar com as demagogias e temos que atuar na defesa do povo. Acho que nós temos que empoderar cada vez mais as nossas fronteiras, a Polícia Federal, que tem feito um grande trabalho prendendo os bandidos do colarinho branco, que roubam o povo brasileiro, que tiram o dinheiro que poderia ir para a saúde, para a merenda escolar, que tira dinheiro que pode ir para o povo brasileiro para melhorar a vida do povo. Nós temos que melhorar e ter policiamento na nossa fronteira. Como é que

---

traficante tem arma que os nossos policiais jamais imaginaram ter? E nós temos que melhorar os nossos presídios sim. Não é um presídio só que vai resolver o problema do sistema presidiário do nosso Estado... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...porque quem está lá é trabalhador. Oitenta e cinco, noventa por cento da massa carcerária que está lá é trabalhador desesperado. Os grandes bandidos, nós vimos em Tramandaí, estão tomando banho de piscina, estão no pagode. Os grandes bandidos, nós vimos onde é que estão: estão nos escritórios fechados, com seus cofres abarrotados de dólares! Estão lá no HSBC, com dinheiro na Suíça! Esses grandes bandidos não precisam de presídio; esses grandes bandidos precisam é devolver o dinheiro para o povo. E nós precisamos dar dignidade para as pessoas. Então, nós apoiamos essa Moção do Delegado Cleiton, assim como qualquer moção que venha a esta Casa para que seja... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento nº 110/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Valter Nagelstein.

**O Sr. Dr. Thiago (Requerimento):** Presidente, eu, pacientemente, aguardarei até este momento da Sessão. Eu gostaria de solicitar a inversão da ordem da priorização de votação para que possa, imediatamente, ser discutido e votado o PR nº 024/14. Após retornaremos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PR nº 024/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Sessão Ordinária 18FEV2015

---

Em discussão o PLE nº 022/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação.  
(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Em discussão o PR nº 043/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação.  
(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO**, com o voto contrário do Ver. Cláudio Janta.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h54min.)